

AL NOTÍCIAS



Distribuição gratuita

Servidores de 13 órgãos públicos já têm seu plano de carreira

Os parlamentares aprovaram em Plenário um total de 13 projetos instituindo planos de cargos e salários para servidores de diversos órgãos. As propostas, todas remetidas pelo Executivo, tiveram rápida tramitação, já que, em sua maioria, eram fruto de negociação com as diferentes categorias profissionais que integram o quadro de servidores efetivos do Estado. Durante a convocação extraordinária, em janeiro e fevereiro, os deputados já haviam apreciado um pacote de projetos referentes a planos de carreira e vencimentos.

Professores, servidores e estudantes da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) estiveram durante toda a semana mobilizados na Assembléia, reivindicando o envio do plano referente à instituição. O líder do Governo, João Henrique Blasi (PMDB), garantiu que o projeto está pronto para ser encaminhado ao Parlamento.

O Plenário também apreciou o primeiro pacote de vetos encaminhado pelo Governo.



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Professores, servidores e estudantes da Udesc reivindicaram remessa de plano de carreira...



...durante as sessões em que foram aprovados os projetos referentes aos planos de outros

Página 9 e 10

HOMENAGENS

Sessões solenes marcam reconhecimento da Assembléia

Os 45 anos da Rede Peperi de Comunicação - do Extremo-oeste - e os 50 anos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) foram homenageados pelo Legislativo estadual em sessões solenes.

Na solenidade da Rede Peperi, dezenas de outros veículos de comunicação da região também foram agraciados com placas de reconhecimento ao trabalho realizado na área de comunicação.

Página 4 e 5

Pleito de outubro muda quadro das legendas representadas na Casa

Página 7

Parlamento institui Fórum dedicado à cultura açoriana



Grupos típicos participaram do evento

Página 3

OPINIÃO

A pessoa com deficiência

Em janeiro de 2004 foi sancionada em Santa Catarina a Lei 12.870, de nossa autoria e que trata da implantação de políticas públicas para pessoas com deficiência. A Lei é inédita no Brasil e determina ao Estado o atendimento aos direitos básicos em todas as áreas, como transporte coletivo, educação, saúde, trabalho e emprego. São direitos para uma população que cresce em Santa Catarina e, hoje, está em mais de 700 mil pessoas, todas aguardando os benefícios da Lei 12.870.

Desde a tramitação do projeto que, posteriormente, foi transformado em lei, promovemos diversas discussões dentro e fora da Assembléia Legislativa catarinense. Foram envolvidos em seminários e outros eventos os mais variados segmentos de pessoas com deficiência: auditivas, visuais, deficientes físicos, assim como

diversas entidades, entre elas, a FCD, o CONEDE e o CONADE.

Este ano, sentimo-nos bastante felizes com a campanha desenvolvida pela CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, com o tema "Fraternidade e as pessoas com deficiência" e o lema "Levanta-te, vem para o meio".

Acreditamos que demos um grande passo ao conquistar a sanção da Lei 12.870. Resta, agora, unir forças para que a lei seja regulamentada. Este é um desejo nosso e uma tarefa do Estado que pretendemos ver concretizada neste ano, um ano especial também para a CNBB.

No Brasil, a exclusão é grande também porque não são poucas as pessoas com deficiência e as políticas de atenção e inclusão social ainda são tímidas em vários estados. Os números assustam, quando saímos de índices percentuais para números reais. O Censo

do IBGE de 2002 revelou existirem "24,5 milhões de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas. Isto corresponde a 14,5% da população brasileira, que era de 169,8 milhões em 2000. Esta proporção é maior nos municípios de até 100 mil habitantes".

A Campanha da Fraternidade da CNBB sacramenta a nossa ação com a Lei 12.870 e outras iniciativas. Esperamos que esta conscientização não pare com o término da Campanha da Fraternidade.

Só temos a agradecer a CNBB por se unir nesta luta de inclusão social das pessoas com deficiência, especialmente em Santa Catarina. Ainda acreditamos que a luta faz a lei e que a Lei 12.870 pode ser regulamentada neste ano especial.

Deputado Wilson Vieira
- Dentinho (PT)

SC é exemplo na proteção de crianças e adolescentes

A rede de proteção à criança e ao adolescente está crescendo cada vez mais em Santa Catarina. Isso se deve à união da sociedade contra crimes silenciosos como maus-tratos, abuso sexual e tráfico de seres humanos.

Para o enfrentamento dessa questão foi fundamental a instalação, na Assembléia Legislativa, da Frente Parlamentar Catarinense pela Criança e Adolescente, em setembro do ano passado. Com o apoio de instituições como o Ministério Público, a Polícia Militar, a Polícia Civil, as Polícias Rodoviárias Federal e Estadual, a Vigilância Sanitária, conselhos tutelares e câmaras de vereadores foram elaboradas muitas ações em defesa das crianças e adolescentes. No Parlamento também comemoramos a aprovação de projetos elaborados pela Frente, como o Fiaser, que autoriza o Executivo a incentivar doações para o Fundo da Infância e Adolescência

(FIA/SC) através de parte do imposto de renda retido na fonte. Para que os servidores do Poder Legislativo possam também contribuir foi criado o Fialesc, o que possibilitará mais recursos aos programas de políticas públicas específicos.

Outro projeto dispõe sobre a divulgação de crianças desaparecidas, e as farmácias do Sesi já imprimem em suas embalagens fotos de muitas delas, que são distribuídas em todo o Estado. São ações que estão sendo possíveis graças, principalmente, à sociedade. O governo também abraçou a causa. Professores da rede pública estão preparados para pôr em prática o Programa Aviso por Maus-Tratos criado pelo Ministério Público com a parceria da Secretaria da Educação, entre outros órgãos. Esta ação está sendo reforçada por campanha veiculada na mídia.

Em 2005, a secretaria capacitou mais de mil diretores de esco-

las, para que orientem professores da rede estadual. Os professores são capacitados a detectar situações de violência sofridas pelo aluno em casa, por sinais físicos ou reações, através de atividades e verbalização, já que as estatísticas revelam que a maioria das agressões sofridas por crianças e adolescentes tem origem no meio familiar. O trabalho, contudo, não se encerra no envio da denúncia ao Conselho Tutelar, mas se dobra em ações governamentais visando a melhoria das políticas públicas de atendimento à criança e sua família.

Como diz Piaget, "uma criança inspira dois sentimentos: ternura pelo que ela é, e respeito pelo que poderá ser". E o respeito pelo porvir depende de nosso trabalho e ações em favor da infância e adolescência.

Deputada Simone Schramm
(PMDB)

Legislativo homenageia Florianópolis

Carlos Kilian



Presidente da Câmara, Marcílio Ávila e o deputado Vanio dos Santos

A Assembléia Legislativa prestou homenagem, na noite do dia 28, aos representantes do Executivo e Legislativo do município de Florianópolis pela passagem dos 280 anos de fundação da cidade, comemorados no último dia 23. Uma placa comemorativa e o livro virtual De Desterro a Florianópolis foram entregues pelo deputado Vanio dos Santos (PT), que requereu a solenidade e representou o

presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL). A sessão, realizada na Câmara do município, contou com a presença de quase todos os vereadores.

O livro virtual, em CD, é um apanhado da história do município, de 1836 a 2005, produzido pela Coordenação de Documentação e Centro de Memória do Legislativo, que fez o resgate de diversos documentos.

[AGENDA]

• **3 de abril, 9 horas:** audiência pública para debater o tema "A crescente incidência de doenças provocadas pela Aids em nosso Estado e discussão da tabela do SUS".

Local: Plenário

• **3 de abril, 19 horas:** Exposição da artista plástica Beatriz Bona.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **6 de abril, 19 horas:** Lançamento dos livros "Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa" e "Latim para o português: gramática, língua e literatura", de Oswaldo Antônio Furlan.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **5 de abril, 11 horas:** Repasse de recursos do Fundo Social às APAEs, com presença do governador Luiz Henrique da Silveira.

Local: Plenário

Mesa



Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Viviane Olga da Fonseca e Suelen Regina Hilário

INSTITUCIONAL

Fórum vai promover a cultura açoriana

Deputados, representantes do governo estadual e de diversas instituições dedicadas à promoção da história e da cultura trazidas dos Açores, defendem um espaço cultural que congregue todos os núcleos açorianos de Santa Catarina

Valorizar as manifestações culturais portuguesas trazidas do Arquipélago dos Açores para vários municípios de Santa Catarina, principalmente o artesanato, a culinária e as danças folclóricas. Este é um dos objetivos do Fórum de Desenvolvimento da Cultura Açoriana em Santa Catarina, formalizado na noite de terça-feira (21), na Assembléia Legislativa, na presença de representantes de diversas instituições.

O Fórum foi proposto pelo deputado José Carlos Vieira (PFL), que irá presidi-lo. "Defendemos a criação de um espaço cultural para congregar todos os núcleos açorianos de Santa Catarina", declarou o parlamentar, assinalando que é preciso reconhecer, através de ações, a importância da cultura açoriana para Santa Catarina.

O secretário estadual de Cultura, Turismo e Esporte, Gilmar Knaesel, afirmou que o governo está empenhado em elaborar projetos para o desenvolvimento da cultura açoriana, presente em

69 municípios catarinenses, principalmente no Litoral. "Na cultura e no desenvolvimento econômico de Santa Catarina está a força da cultura açoriana", acrescentou.

O vice-presidente do Fórum, Francisco Garcia, ressaltou que as instituições já constituídas necessitam desenvolver projetos com fundamentação técnica, aliados à pesquisa de historiadores, para construir um "alicerce" para o apoio das administrações públicas.

Ao homenagear os grupos açorianos presentes ao evento, a representante do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, Ana Lúcia Coutinho, e o cônsul honorário de Portugal em Florianópolis, João Lupi, agradeceram a contribuição dos açorianos na história cultural de Santa Catarina, desde a chegada dos primeiros imigrantes, no século 18.

O grupo folclórico Reis do Oriente, do município de Içara, no Sul do Estado, encerrou a solenidade com apresentação de cantorias tipicamente portuguesas.



Eduardo Guedes de Oliveira

José Carlos Vieira registrou a criação do Fórum, dedicado a divulgar e preservar a cultura vinda dos Açores



Eduardo Guedes de Oliveira

Ato solene contou com a presença de diversos parlamentares ...



Eduardo Guedes de Oliveira

...e de dom Murilo, que recebeu placa das mãos do deputado Dentinho

Arcebispo apresenta Campanha da Fraternidade na Assembléia

A Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema "Fraternidade e Pessoas com Deficiência", foi apresentada em ato solene realizado na tarde do dia 22, na Assembléia Legislativa. A solenidade requeria e presidida pelo deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) e contou com a presença do arcebispo de Florianópolis, dom Murilo Krieger, parlamentares e representantes de entidades ligadas ao trabalho em prol dos portadores de deficiência física.

De acordo com o arcebispo, cerca de 15% da população brasileira são portadores de alguma deficiência, seja visual, auditiva, física ou cerebral. "A campanha tem como princípio buscar caminhos para que as necessidades dessa área possam ser supridas e promover a inclusão social dessas pessoas", frisou. Dom Murilo acrescentou ainda que a igreja trabalha visando ganhar espaço para ampliar os debates sobre o assunto, uma vez que a igualdade entre os portadores e a sociedade precisa ser definitiva. "Deficiência não é sinônimo de incapacidade", destacou.

Para o coordenador da Rede

Catarinense de Empregabilidade Especial (RCEE), José Itajará de Souza, a campanha representa uma vitória para as entidades ligadas aos portadores. "É uma grande oportunidade de divulgar a carência e a necessidade de apoio e assistência dessa parcela da população". Itajará ressaltou que a rede surgiu com o propósito de integrar os deficientes ao mercado de trabalho, tendo em vista que essa é uma das maiores dificuldades encontradas pelos portadores. Promover a capacitação desses cidadãos e fazer com que as leis que os beneficiam e asseguram seus direitos sejam cumpridas é um dos focos de ação da rede, que busca apoio da Assembléia Legislativa para alcançar melhor seus objetivos. "Se existem leis, por que as empresas não contratam essas pessoas?", indagou.

Parceiros

Dentinho entregou ao arcebispo da capital uma placa simbolizando a campanha, uma forma da Casa demonstrar que é parceira na luta pela melhor qualidade de vida dos portadores de deficiência.

Representando a Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (Aflodef), José Roberto Leal fez um desabafo, descrevendo a atual realidade vivida pela maioria dos portadores e enfatizando que os deficientes não querem ser vistos como "pobres coitados", mas como seres capazes de contribuir com a sociedade. "Faço um apelo para que o poder público cumpra com o seu papel e preserve a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), pois ela precisa de estrutura para atender de forma capacitada os portadores de deficiência", destacou.

Os deputados Dentinho, João Henrique Blasi (PMDB), Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), Francisco de Assis (PT) e Sérgio Godinho (PSB) destacaram que a campanha é um elemento fundamental para requerer mais atenção à área e ratificaram o apoio e parceria do Legislativo estadual nas demandas para assegurar mais qualidade de vida aos portadores de deficiência.

A Campanha da Fraternidade é promovida anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desde o início da década de 60.

INSTITUCIONAL

Sessão homenageia 50 anos do Dieese

Departamento nasceu comprometido com as necessidades do movimento sindical frente aos dados apresentados pelos empresários na mesa de negociações e hoje elabora índices econômicos incorporados no dia-a-dia da economia

Os 50 anos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) foram marcados por sessão solene, realizada no último dia 22, no Plenário. Organizada pelo deputado Afrânio Boppré (P-SOL), a homenagem contou com a presença de lideranças que ajudaram a fazer a história da instituição em Santa Catarina.

Depois de aberta a solenidade pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), composta a mesa por autoridades e executado o Hino Nacional pelo coral da Assembléia, foi apresentado um vídeo institucional do Dieese.

Economista de formação, o deputado Afrânio lembrou, em seu discurso, da forte ligação que mantém com a entidade. "Tinha lá meus 22 anos, ainda estudante,

quando me ofereci para trabalhar no Dieese", recordou o parlamentar, salientando o fato de que a entidade surgiu para preencher uma lacuna reconhecida pelo movimento sindical. Afrânio foi o responsável pela implantação da área técnica do Dieese em Santa Catarina, em 1984, sendo seu primeiro supervisor técnico no Estado, permanecendo nessa condição até 1993, quando assumiu o cargo de vice-prefeito de Florianópolis. "A competência técnica e a qualidade do trabalho que oferece, aliadas ao fato de ser o contraponto dos demais institutos, por desenvolver pesquisa comprometida com a classe trabalhadora, são fatores que garantem esta longevidade", elogiou o parlamentar e economista.

Segundo ele, o Dieese nasceu

com o objetivo de construir uma universidade da classe operária. Mas também para formar o contraditório de informações nas mesas de negociações entre patrões e empregados", relatou. Até então, os sindicatos não tinham indicadores econômicos para confrontar com os fornecidos pelos empresários.

Hoje, a entidade está presente em 16 estados e é responsável pela divulgação de indicadores que se incorporaram no dia-a-dia da economia brasileira, como o índice de custo de vida, cesta básica, salário mínimo necessário, entre outros. "O Dieese cresceu, prestando relevantes serviços para a sociedade e assessoria ao movimento social nos grandes embates travados entre governo e classe trabalhadora", observou Afrânio.



Eduardo Guedes de Oliveira

Colaboradores receberam placas de menção honrosa

Legislativo recebe candidatos da América do Sul ao pleito italiano



Eduardo Guedes de Oliveira

Celestino, entre os candidatos Fabio Porta e Edoardo Pollastri, preside o Fórum

Os italianos e descendentes que vivem fora da Itália poderão votar por carta para eleger 12 deputados federais e seis senadores nas eleições marcadas para os dias 9 e 10 de abril. A informação foi dada por dois candidatos que representarão descendentes e residentes italianos na América do Sul no pleito, durante visita ao Legislativo catarinense no dia 21.

O empresário ítalo-brasileiro Edoardo Pollastri e o sociólogo Fabio Porta, candidatos ao Senado e à Câmara dos Deputados da Itália, respectivamente, falaram sobre a campanha e plataforma

de atuação que defendem. Os dois candidatos pertencem à Unione – uma coalizão de oito partidos.

Conforme Pollastri, é a primeira vez que italianos e descendentes residentes fora da Itália podem candidatar-se e votar. "Estaremos estreitando as relações econômicas entre Brasil e Itália. Serei um embaixador dos interesses brasileiros no Parlamento italiano", disse.

O candidato à Câmara de Deputados, Fabio Porta, afirmou que não há promessas milagrosas, mas propostas para garantir aos residentes no exterior os mesmos

direitos sociais e econômicos que vivem no país. "É preciso também uma política pública voltada aos jovens, incentivando as bolsas de estudo e de trabalho na Itália. Sou a favor de trazer um consulado italiano para Santa Catarina", completou.

Segundo informação do Consulado Italiano instalado em Curitiba, com jurisdição no Paraná e Santa Catarina, nos dois estados estão aptos a votar cerca de 34 mil eleitores com dupla cidadania. A visita foi viabilizada pelo Fórum Parlamentar Ítalo-brasileiro, presidido pelo deputado Celestino Secco (PP). O eleitor já recebeu pelos Correios a documentação oficial do Consulado Italiano. A América do Sul terá três deputados e dois senadores. Para expressar a preferência, o eleitor deverá marcar um X sobre o logotipo da chapa preferida e escrever ao lado o sobrenome de seu candidato.

Parlamento Jovem seleciona escolas

As escolas que vão participar da 2ª edição do programa Parlamento Jovem, coordenado pela Escola do Legislativo, foram sorteadas durante a sessão plenária do dia 22. O programa, que visa estimular a participação política da juventude, é realizado pela Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Celestino Secco (PP), e nasceu de iniciativa da deputada Ana Paula Lima (PT). Ao todo, 40 alunos eleitos nas escolas sorteadas vivenciarão todo o processo legislativo nos dias 17 e 18 de maio.

O "deputado estudante" vive

situações reais da atividade político-parlamentar com a elaboração, apresentação e votação de projetos em sessão plenária, nos dias marcados.

Segundo o deputado Celestino Secco, a região Oeste registrou o maior número de escolas inscritas, 63 das 193. "Feito o sorteio, os monitores da Escola do Legislativo irão agora até as unidades escolhidas e lá organizarão a eleição dos alunos participantes do Parlamento Jovem, e fornecerão informações prévias sobre o processo legislativo", descreve Celestino.

ESCOLAS SORTEADAS

Região Norte

•Escola de Educação Básica Frederico Fandrich, de S. Bento do Sul

Vale do Itajaí

•Colégio Cenecista Pedro Antônio Favol, de Itajaí

Região Oeste

•Escola de Educação Básica Felício César da Cun, de Irani

Região Serrana

•Escola de Educação Básica Professor Argeu Furtado, de São Cristóvão do Sul

Região Sul e Grande Florianópolis

•Escola de Educação Básica Silva Jardim, de Alfredo Wagner

INSTITUCIONAL

HOMENAGEADOS

Arquivo Adjori



Placas foram entregues aos profissionais dos veículos homenageados

- Rede Peperi de Comunicação, representada por Adilson Baldissera
- Jornal Expresso do Oeste (Palmitos), representado por Irno Devitte
- Jornal Folha do Oeste (São Miguel do Oeste), representado por Miguel Gobbi
- Jornal Força do Oeste (Itapiranga), representado por Félix Sausen
- Jornal Fronteira (Dionísio Cerqueira), representado por Dionísio Cogo
- Jornal Gazeta Catarinense (São Miguel do Oeste), representado por Marcelo Alberto
- Jornal Imagem (São Miguel do Oeste), representado por José Staub
- Jornal Novoeste (Maravilha), representado por Jairo da Silva
- Jornal Visão do Oeste (São José dos Cedros), representada por Miguel Gobb
- Rádio Fronteira (Dionísio Cerqueira), representada por Eduardo Zanette
- Rádio Progresso (Descanso) representada por Valdir Basso
- Jornal Tribuna Regional (Dionísio Cerqueira), representado por Sérgio Kollenberg
- Jornal Regional (São Miguel do Oeste), representado por Sérgio Wathier

Rede Peperi: 45 anos dedicados à comunicação

A Assembléia Legislativa realizou sessão solene, atendendo solicitação do deputado Maurício Eskudlark (PSDB), para homenagear a Rede Peperi de Comunicação e diversos veículos de comunicação do Extremo-oeste do Estado, na noite do dia 27, em Plenário

Em sessão solene realizada na noite de segunda-feira (27) e comandada pelo vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), foram homenageados a Rede Peperi de Comunicação, que atua há 45 anos, e os órgãos de comunicação do Extremo-oeste do Estado.

A solenidade foi proposta pelo deputado Maurício Eskudlark (PSDB) e para compor a mesa foram convidados o diretor da Rede Peperi, Adilson Baldissera, o diretor de imprensa do governo do Estado, José Augusto Gayoso, o presidente da Associação Catarinense de Rádio e Televisão,

Ranieri Bertoli, o presidente da Associação dos Jornais do Interior (ADJORI), Miguel Ângelo Gobbi, e o 2º secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, deputado Pedro Baldissera – Padre Pedro (PT).

Ética

Um vídeo institucional mostrou a história da Rede Peperi de Comunicação, emissora de forte envolvimento com a comunidade, cuja história iniciou no dia 29 de março de 1959, quando entrou no ar a Rede Colméia, no município de São Miguel do Oeste.

Desde o final da década de 50,

os fatos mais importantes da história da região são transmitidos pelas emissoras da rede, entre elas a Rádio Top 104 FM e a Rádio Cidade AM, ambas de São Miguel do Oeste.

O deputado Eskudlark e o diretor da Rádio Peperi, Adilson Baldissera, discursaram salientando a postura ética adotada por seus 130 jornalistas, empenhados em levar a informação a mais de 1 milhão de ouvintes espalhados pelo Oeste de Santa Catarina. Os veículos de comunicação receberam placas comemorativas das mãos dos deputados Eskudlark e Pedro Baldissera.

Seminário em Lages promove capacitação política de mulheres

Com o objetivo principal de incentivar e capacitar mulheres para a participação na vida pública e política, foi realizado nos dias 23 e 24 de março, em Lages, o Seminário Liderança também é Questão de Gênero. O evento, que aconteceu no Teatro Municipal Marajoara, foi promovido e realizado pela Associação Casa da Mulher Catarina e do Icespe (Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos), com apoio da Escola do Legislativo e da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O deputado Celestino Secco (PP), presidente da Escola do Legislativo, abriu os trabalhos que reuniram 50 participantes com uma palestra sobre Ética e Poder. “O poder se conquista. E essa conquista se dá, não pela força, mas através do talento. Esta é a única forma de se alcançar o poder com ética”, defendeu o parlamentar. Quanto à ética, o deputado lembrou que ela não é uma questão teórica, mas essencialmente prática. “Ou (a ética) é praticada

ou não existe”, sintetizou.

Solon Soares

atual do movimento feminista é assumir o poder. “Se a gente não tiver assento nos espaços do poder, está comprovado que não vamos conseguir”, resumiu. O mesmo evento será levado a Criciúma (27 e 28 de abril), Jaraguá do Sul (4 e 5 de maio) e Florianópolis (25 e 26 de maio). Os seminários são gratuitos e dirigidos a líderes comunitárias, de associações ou que queiram se inserir na vida pública.



Zuleika: “Participação é pequena”



Criciúma, Jaraguá do Sul e Florianópolis são as próximas cidades a receber o evento promovido pela Escola

Espaço

Responsável pela segunda palestra do seminário, a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/SC), Zuleika Lenzi, deu ênfase à ainda incipiente participação feminina na política catarinense. Santa Catarina tem 305 vereadoras – o que representa

aproximadamente 10% do total – e nove prefeitas, num universo de 293 municípios. As mulheres ocupam ainda três vagas no Legislativo estadual, de um total de 40, e uma vaga no Senado, de um total de três.

A presidente da Associação Casa da Mulher Catarina, Clair Castilhos Coelho, encerrou o seminário com a palestra Empoderamento das Mulheres. A necessidade

de inserir na vida pública.

ESPECIAL

Casan garante que vai levar água ao Maciço do Morro da Cruz

Há 20 anos as comunidades do Maciço aguardam pela chegada da água da estatal. O compromisso foi assumido durante audiência pública realizada no dia 21 de março, pelo engenheiro Nelson Bittencourt, que representou o presidente da empresa

Magda Audrey Pamplona

A Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) assumiu o compromisso no dia 21, durante audiência pública realizada na Assembléia Legislativa, de levar água às comunidades do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis. O assessor técnico da Diretoria de Operações da Casan, engenheiro sanitário Nelson Bittencourt, que representou o presidente da Companhia, Walmor de Lucca, explicou que isso só foi possível agora, com a aprovação da Lei Complementar nº 207, de 20 de dezembro de 2005, que estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) do Maciço do Morro da Cruz. Segundo Bittencourt, antes a área era considerada uma APP (Área de Preservação Permanente). Ele informou que técnicos da

estatal já estão fazendo um diagnóstico operacional da área.

A audiência foi requerida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do Governo. "Com esta audiência pública, mais uma vez a Assembléia cumpre o seu papel", declarou Blasi, que destacou a importância do compromisso assumido pela Casan. O deputado Afrânio Boppré (P-SOL) enfatizou que a carência de abastecimento de água acontece, geralmente, nas camadas mais empobrecidas da sociedade e também parabenizou a Casan pelo compromisso assumido. "O valor da água nós só percebemos mesmo na hora em que ela falta", afirmou.

O padre Vilson Groh, coordenador do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, lembrou que a luta para levar água para a região já tem quase 20 anos.

Apresentações marcam data comemorativa



Padre Vilson Groh: "Estamos esperando há 20 anos"

A deputada Simone Schramm (PMDB) abriu a audiência pública dizendo que a comemoração do Dia Mundial da Água (22 de março) traz um alerta. "Prevê-se que, em 2050, 2 bilhões de pessoas sofrerão com a escassez de recursos hídricos", informou.

Durante a audiência, crianças e adolescentes de nove escolas e quatro centros de educação in-

fantil do Maciço do Morro da Cruz fizeram apresentações abordando a temática da água. Vilson Groh informou que essas escolas desenvolveram trabalhos com o tema durante o mês de março. Os alunos da Escola de Educação Básica Celso Ramos fizeram uma apresentação teatral intitulada

"Navio Negroiro Nunca Mais", para lembrar o dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, comemorado na mesma data. Participaram da audiência Cirilo da Silva, presidente da Associação de Moradores do Morro do Horácio, João Batista dos Santos, coordenador da Agenda 21 de Florianópolis, e Odair Rogério da Silva, presidente do Sintae.



Crianças das escolas das comunidades participaram do encontro em que a Casan assumiu compromisso

Seminário discute gestão ambiental em Santa Catarina

No Dia Mundial da Água, comemorado na quarta-feira (22), o governo do Estado, em parceria com diversas instituições, promoveu no Centrosul, na capital, o seminário Gestão do Meio Ambiente, Mídia e Mudanças Climáticas. Durante dois dias, os participantes debateram política ambiental, economia e meio ambiente, gestão de recursos hídricos, ética na informação e desenvolvimento sustentável.

O encontro buscou fortalecer ações conjuntas entre órgãos ambientais, sociedade civil organizada e mídia, para melhor enfrentar os desafios do desenvolvimento e ao mesmo tempo preservar os recursos hídricos para as futuras gerações.

Na abertura dos trabalhos,

o presidente do Cogemma (Conselho dos Gestores Municipais de Meio Ambiente), Norival Silva, disse que a municipalização da gestão ambiental é o grande sonho das cidades, que querem não apenas responsabilidades, mas a participação dos Estados e da União no custeio da gestão ambiental. Atualmente, apenas quatro municípios catarinenses administram os recursos do Estado. "A Fatma delega a competência e os municípios definem como e onde aplicar os recursos", disse Silva.

Mas, segundo o presidente do conselho, ainda há um longo caminho a ser percorrido em todo o país para solucionar problemas relacionados

com a água, destinação de resíduos sólidos, poluição do ar, do solo e sonora. "A área do meio ambiente é a única política pública da Constituição Federal que ainda não foi regulamentada e o Cogemma quer provocar essa e outras discussões", salientou.

Diversos painéis sobre a temática foram realizados nos dois dias de seminário, encerrado pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que lançou o Fórum Estadual de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade, de caráter permanente e com ação em todos os municípios catarinenses, conforme o projeto de descentralização do governo.



PORTOS: CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO



[CRONOLOGIAS]

▲ PORTO DE ITAJAÍ

- 1905** • Idealizado pela Comissão de Melhoramentos de Portos e Rios;
1914 • Construção da primeira obra;
1938 • Construção do primeiro trecho de cais;
1966 • Instalada sua Junta Administrativa, subordinada ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis – DNPVN;
1976 • Com a criação da Empresa de Portos do Brasil S.A – Portobrás-sua gerência é exercida pela administração do porto;
1990 • Administração é subordinada à Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP;
1995 • Passa a ter gestão municipalizada;
1997 • O porto é delegado ao município por 25 anos;
2000 • Designado de Superintendência do Porto de Itajaí.

Fontes:

Jornal Diário Catarinense, 29 de agosto de 1997, "Portos Catarinenses", p. 9
Jornal Diário Catarinense, 20 de setembro de 2002, "Informe Comercial", p. 7
 Administradora Hidroviária Docas Catarinense – ADHDC -Porto de Itajaí, plano estratégico de desenvolvimento, p. 8.

Internet: www.portoitajai.com.br

▲ PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

- 1912** • Início da história do porto, através do Decreto Governamental nº 9.967;
1921 • A Inspetoria dos Portos, Rios e Canais elabora um projeto, aprovado por Decreto Federal, para melhoramentos no porto;
1922 • Governo Federal e estadual iniciam obras portuárias e sua exploração é concedida ao Governo do Estado por um período de 60 anos;
1941 • Nova concessão foi outorgada, entretanto obras só tiveram início em 1945, sendo paralisadas em 1950;
1954 • Rescindido o contrato e aberta nova licitação;
1955 • Em 1º de julho o porto é inaugurado oficialmente.

Fontes: *Jornal Diário Catarinense*, 4 de maio de 1999, p. 2 e p. 6;

Jornal Diário Catarinense, 29 de agosto de 1997, p.2;
 Porto de São Francisco do Sul – o melhor porto natural do Sul do Brasil, Secretaria dos Transportes e Obras, Governo Paulo Afonso Vieira, p. 2 e p. 5;

Internet: www.apsfs.sc.gov.br

▲ PORTO DE IMBITUBA

- 1870** • Com a descoberta das jazidas de carvão na região Sul, Imbituba passa a ser vista como estratégica para a construção do porto. Neste mesmo ano tem início a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina;
1919 • Henrique Lage, que possuía a concessão das minas, começa a construção do porto, que não passava de um cais com galpões;
1922 • Criada a Companhia Docas de Imbituba para administrar o porto e transportar o carvão;
1939 • A Docas ganha concessão para administrar o porto até o ano de 2012 e Lage transforma o atracadouro em porto comercial;
1941 • Morre o empresário carioca Henrique Lage e o patrimônio é incorporado pelo Governo Federal;
1942 • Inaugurado o porto com o nome de Henrique Lage;
1945 • Cresce o movimento com o transporte do carvão metalúrgico ao Sudeste;
1946 • Carvão catarinense perde espaço para o importado e para o diesel, detonando uma crise;
1980 • Porto bate recorde de movimentação com 4,4 milhões de toneladas;
1990 • Com a desregulamentação da Lei de importação, carvão nacional não é mais vendido a outros Estados e o porto entra em crise, mas diversifica as mercadorias de sua movimentação;
2001 • Assinado o contrato com o grupo Votorantim, o que marca a retomada das atividades.

Fontes:

Jornal Diário Catarinense, 26 de novembro de 2001, p. 4

Internet: www.cdiport.com.br

[EDITORIAL]

Planejamento e parcerias para impulsionar o crescimento econômico

Com pouco mais de 1% do território nacional, Santa Catarina é o quarto estado que mais contribui com o superávit da balança comercial brasileira. É o sexto no ranking dos exportadores. As 14 milhões de toneladas movimentadas em contêineres nos três portos catarinenses – Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba –, no ano de 2004, representaram 21,5% do total movimentado pelos portos brasileiros.

No ano passado, o Porto de Itajaí foi responsável por 4% do superávit da balança comercial brasileira (volume de exportações maior que o de importações). O Porto de São Francisco do Sul,

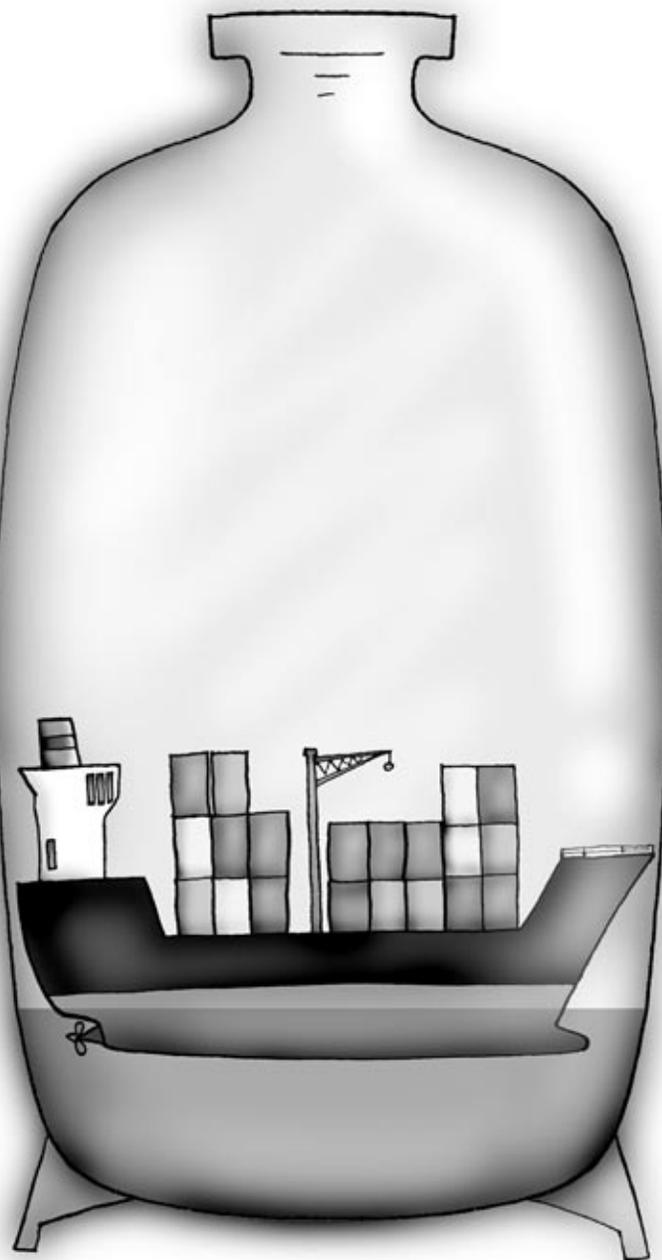
terceiro maior porto graneleiro do país, projeta movimentar, neste ano, 8 milhões de toneladas de soja vindas do Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e dos campos catarinenses. O Porto de Imbituba, nascido das necessidades geradas pela indústria do carvão, em meados do século passado, inicia uma fase de expansão, depois de quase ter sucumbido à crise do setor carbonífero, cujo auge, em 1990, quase afundou o cais e a cidade.

Cada um dos portos catarinenses apresenta um perfil que o destaca no cenário econômico nacional, mesmo com o país enfrentando um ciclo de cresci-

mento pouco significativo, como comprova o desempenho do PIB Nacional nos últimos 10 anos. Sete dias por semana, 24 horas por dia, a movimentação intensa de cargas e navios nos terminais portuários catarinenses é a prova de que o desempenho econômico brasileiro pode dar um salto, em qualidade e quantidade. Depende, em primeira instância, de planejamento e efetiva parceria entre governo – em seus três níveis –, e setor produtivo (empresários e trabalhadores). Há o consenso de que sem estruturar o transporte a produção brasileira estará sempre com sua capacidade de desenvolvimento represada num gargalo.

As parcerias têm se concretizando e parecem estar caminhando a passos largos no estado. Os investimentos da União, embora ainda estejam aquém das necessidades apontadas pela Federação das Indústrias de Santa Catarina na agenda mínima proposta no ano passado, são os maiores dos últimos 20 anos. É certo que, nesse período, o repasse de recursos previstos nas peças orçamentárias anuais da União permaneceu sempre abaixo do que estava rubricado.

É o que mostra este caderno especial que o AL Notícias publica nesta edição. A equipe de reportagem do jornal da Assembléia Legislativa conferiu o desempenho dos terminais portuários catarinenses e suas necessidades, em termos de infra-estrutura, investimentos, obras e ações. Os dados levantados comprovam o papel essencial destes terminais portuários na logística de movimentação de cargas nacionais e estrangeiras, além de sua posição estratégica no contexto do Mercosul. Mostram ainda as principais e mais urgentes ações e investimentos apontados por empresários e administradores dos portos. O que nos leva ao próximo caderno especial do AL Notícias, que, no final de abril, vai apresentar uma ampla reportagem sobre a estrutura rodoviária e ferroviária do estado, área que exige atenção urgente para garantir o crescimento econômico.



Fiesc propõe agenda mínima para expansão portuária

A Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) elaborou um elenco de ações, para implementação até 2010, destinado a suprir as demandas de infra-estrutura, logística e performance relacionadas com a movimentação de contêineres nos portos

MAGDA AUDREY PAMPLONA

Uma agenda mínima para implementação até o ano 2010, cuja execução envolve governos federal e estadual, administrações dos portos e iniciativa privada, é proposta pela Fiesc com o objetivo de atender as demandas infra-estruturais dos portos. As obras, equipamentos e serviços sugeridos devem incrementar ainda mais as exportações catarinenses que, de janeiro a fevereiro deste ano, acumularam um total de US\$ 862,2 milhões, colocando Santa Catarina no 9º lugar no ranking nacional dos maiores exportadores.

Como todos os portos do estado são de médio porte, a viabilização da profundidade média (calado) de 13 metros, em qualquer condição de tempo e maré, é prioridade imediata. "A tendência no mundo são os navios de grande porte, o custo é mais baixo. Esse é um gargalo que nós temos, pois limita o tamanho dos navios que chegam ao estado", explica Henry Uliano Quaresma, diretor de Relações Industriais da Fiesc. Outra necessidade urgente é adequar e manter as bacias de evolução e canais de acesso para que os portos possam receber embarcações com dimensões e capacidades compatíveis com 5.500 Teus – equivalente a 5.500 contêineres de 20 pés de comprimento.

A especialização dos terminais portuários também é defendida pela Federação, mas sua viabilidade exige planejamento criterioso. O porto de Itajaí, por exemplo, tem uma estrutura apropriada para a exportação de frigoríficos. "Os contêineres deste tipo de produto precisam estar ligados à energia elétrica quando estão parados, esperando. Essa estrutura praticamente o classifica como especializado em frigoríficos", exemplifica.

Apesar dessa estrutura especializada e de sua privilegiada posição logística, o porto de Itajaí tem grandes dificuldades de expansão por estar no centro da cidade. "Ele fica dentro da cidade de Itajaí, então sofre realmente com algumas dificuldades nessa parte da armazenagem, não tem mais lugar para colocar contêineres", observa o diretor da Fiesc.

Sobre o porto de Imbituba,

Quaresma diz que ele é uma opção muito importante para a exportação dos produtos do Sul do Estado, principalmente os cerâmicos, e tende a se expandir, dependendo, entre uma série de medidas, da ampliação da infra-estrutura de acesso. O transporte de contêineres pela Ferrovia Tereza Cristina, por exemplo, dá mais versatilidade para o escoamento da carga e reduz os custos, tirando os caminhões da BR-101.

Ferrovia litorânea pode integrar terminais

No dia 20 de fevereiro, a Ferrovia Tereza Cristina efetuou o primeiro transporte de contêineres carregados de sua história. Segundo informações do sítio digital da Ferrovia, aproximadamente 800 toneladas de revestimentos cerâmicos das empresas Eliane, Cecrisa, Moliza e Angeogres, dispostos em 28 contêineres, saíram do Criciúma Terminal Intermodal prontos para o embarque no Porto de Imbituba.

Já existem planos para transportar outros tipos de cargas, inclusive produtos refrigerados das agroindústrias da região, o que deve se concretizar até o início de abril. "Seria importante para Santa Catarina uma ferrovia integrando todos os portos, a chamada ferrovia litorânea, pois daí se conseguiria fazer a logística entre os terminais portuários, o que seria, digamos, uma continuidade da Tereza Cristina", sugere o diretor de Relações Industriais da Fiesc, **Henry Quaresma**.



ma, sugere o diretor de Relações Industriais da Fiesc, **Henry Quaresma**.



Eduardo Guedes

OUTRAS AÇÕES DA AGENDA MÍNIMA

- Estrutura para espera máxima para atracação de seis horas e movimentação mínima de 54 contêineres/hora por equipamento e por navio
- Prover berços com dimensões mínimas para a atracação simultânea de três navios de 260 metros cada
- Implantar sistemas de navegação e sinalização possibilitando operação noturna para qualquer comprimento de navio
- Investimentos em novos berços de atracação, de acordo com projeções criteriosas do desempenho das exportações e da economia catarinense
- Agilizar os procedimentos aduaneiros para liberação de cargas

Recursos federais demoram a chegar

Apesar de rubricados no Orçamento federal, do total de R\$ 457,8 milhões destinados aos portos catarinenses para 2005, até o dia 14 de janeiro deste ano chegaram efetivamente R\$ 125,4 milhões - 27,39% do total.

Esses números já incluem os valores da Agenda Portos, programa federal destinado a suprir os gargalos do setor portuário. De Santa Catarina, estão inscritos no programa os portos de Itajaí e de São Francisco do Sul. A previsão de investimento para 2005, em ambos, era de R\$ 79,5 milhões, porém apenas R\$ 26,4 milhões, ou seja, 33,23%, foram repassados até 14 de janeiro. Os outros 66,77% foram empenhados, mas ainda não chegaram.

No porto de São Francisco do Sul, apenas uma das quatro obras contempladas teve valores pagos até 14 de janeiro. As obras de recuperação dos berços 102 e 103 receberam apenas R\$ 7,7 milhões, 46,5% do previsto. As obras de recuperação e modernização do sistema elétrico, construção de viaduto na BR-280 – acesso ao

Porto –, e de derrocamento do canal de acesso ainda não tiveram nenhum recurso pago, mesmo estando os valores empenhados.

No porto de Itajaí as obras de derrocamento do canal de acesso e recuperação dos molhes tiveram valores pagos: 100% e 76,97%, respectivamente, até 14 de janeiro de 2006. A recuperação dos molhes, construção de acesso na BR-101 e dragagem do canal de acesso e Bacia de Evolução tiveram os recursos empenhados, embora ainda não repassados.

As obras de recuperação do molhe do Porto de Laguna e do molhe de abrigo em Imbituba só receberam 3,52% e 8,65% dos valores previstos, respectivamente.

Foz do Itajaí abriga segundo maior terminal exportador do Brasil

Investimentos de R\$ 150 milhões, viabilizados pelo programa federal Agenda Portos, vão modernizar e ampliar o porto de Itajaí, hoje o segundo colocado no ranking nacional de movimentação de contêineres para exportação

SANDRA ANNUSECK

Quem visita Itajaí pela primeira vez, se depara com a forte veia econômica do município, hoje o terceiro em arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), sendo superado apenas por Joinville e Florianópolis no ranking catarinense. É de se perder de vista a quantidade de contêineres que se avoluma às margens da BR-101, sinalizando que a prosperidade se ancora naquele corredor rodoviário. Sem dúvida, a localização estratégica do município em muito contribuiu para transformar o Porto de Itajaí numa das principais portas de geração de riqueza no território catarinense.

De responsabilidade do governo federal, mas administrado pelo município – hoje tem à frente o superintendente Décio Lima (ex-prefeito de Blumenau) – o Porto de Itajaí acumula em sua história marcas incontestáveis, revelando que as margens do rio Itajaí Açú abrigam um gigante da economia brasileira.

Especialista em movimentação de contêineres, o porto nada mais é do que o maior exportador de carne de frango e suína do País, tendo gerado US\$ 6 bilhões em 2005. Desempenho este que garante a segunda posição no ranking nacional de portos, perdendo apenas para o de Santos. Números que contribuem diretamente para o desequilíbrio da balança comercial do país.

Em quantidade de carga com valor agregado, os números também são favoráveis a Itajaí, que gera US\$ 1 para cada quilo de mercadoria, enquanto o Porto de Santos fatura US\$ 0,60 para o mesmo peso embarcado. Itajaí colheu também bons frutos em 2005, em razão da queda do dólar, aumentando em 700% o movimento de matéria-prima e tecnologia de ponta adquiridas pelo parque industrial catarinense.

Para continuar colhendo bons resultados, a administração não descuidou, no entanto, de sua infraestrutura. Depois de obter as

licenças ambientais, a superintendência do porto conseguiu viabilizar sua modernização. Através do programa Agenda Portos, que prevê investimentos pesados em 10 portos brasileiros, o cais de Itajaí começa a receber a promissora injeção de R\$ 150 milhões, o maior volume de investimentos de toda a sua história. Deste valor, R\$ 53 milhões vêm do governo federal e o restante do Terminal de Contêineres do Vale do Itajaí (Tencovi) – consórcio de empresas que tem concessão para explorar parte das operações em contêiner.

Modernização vai melhorar desempenho e convivência com a cidade

O pacote de obras chega numa boa hora, quebrando um jejum de 40 anos em investimentos na infra-estrutura portuária. “Certamente estes investimentos serão o carro-chefe de minha administração”, observa o superintendente,

Décio Lima, que assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2005, com inúmeros desafios. Entre eles, destaca o de conciliar a vida do município com a do porto. “Queremos harmonizar o dia-a-dia do cidadão. Vamos garantir com estas obras melhor qualidade de vida, pulverizando, por exemplo, a movimentação de cargas na cidade, de maneira a melhorar o fluxo de veículos”, adianta.

Na lista de obras e aquisições, estão previstas a construção de mais de um berço de atracação, juntando-se aos quatro existen-

tes; a compra de dois portêineres e de um guindaste MHC. Para recuperar os molhes, espécie de braço artificial da foz do rio Itajaí, o governo federal já liberou R\$ 15,3 milhões. “Será feita adequação do canal”, explica Lima, lembrando que também já foi lançada ordem de serviço, no valor de R\$ 423 mil, para a dragagem da foz do rio Itajaí Açú.

Para viabilizar o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, será construída uma via expressa portuária, no valor de R\$ 16 milhões, cuja ordem de serviço será lançada ainda este mês. Através dela, os caminhões ganham um acesso exclusivo para movimentação de carga e descarga de mercadorias. Com a medida, cerca de mil veículos/dia deixam de congestionar o trânsito no perímetro urbano.

O porto ainda vai ganhar quatro novos portões de acesso para balança – gatas. Um investimento que deve gerar, segundo a superintendência, um aumento de 15% na produtividade portuária. Também na linha de melhorar a qualidade dos serviços prestados em Itajaí, será criado o Complexo Cia (Centro de Integração Administrativa). Reunindo num mesmo espaço físico unidades da Receita Federal, Polícia Federal, Secretaria da Fazenda, entre outros, os exportadores e importadores vão ganhar agilidade no transporte das cargas, eliminando em muito a burocracia no embarque e desembarque dos contêineres.

Além de contribuir para a economia do Estado, o Porto de Itajaí responde por 50% da arrecadação de ISS (Imposto sobre Serviços) do município. Gera ainda 14 mil empregos direta e indiretamente só na atividade portuária. Contribui ainda para a criação de outros 100 mil postos na produção de frango em território catarinense.



ITAJAÍ EM NÚMEROS

15 mil m²
de área coberta para estocar produtos

38 mil m²
de área descoberta para receber contêineres

70 equipamentos,
com capacidade de 1 a 37 toneladas, para carga e descarga de mercadorias

14 mil empregos
diretos e indiretos

50%
da arrecadação de ISS do município

6,13 toneladas
foi a movimentação total de cargas em 2005, alta de 14% em relação a 2004

740 metros
de cais

239.721 toneladas
de frango foram exportadas pelo cais público em 2005; somada ao Teconvi (consórcio de arrendamento), o volume chegou a 1,8 milhão de toneladas. É o maior exportador de frango congelado do país.

102%
foi a alta nas operações em 2005 (sem contar com arrendamento)

78%
de crescimento de contêineres de longo percurso (LC) em 2005

Também movimentados produtos cerâmicos, papel kraf, máquinas e acessórios, tabacos, veículos, produtos têxteis e açúcar

FONTE: SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ



Mais de um século de história

SUZANA COUTO TANCREDO

De acordo com registros históricos, o Porto de Itajaí foi idealizado pela Comissão de Melhoramentos dos Portos e Rios em 1905. Em 1914, a primeira obra era constituída pelos 700 metros de molhe – estrutura marítima enraizada em terra – ao Sul da barra, seguidas das obras do molhe Norte.

O porto propriamente dito foi iniciado em 1938, com a construção do primeiro trecho de cais – local de embarque e desembarque de passageiros e carga – juntamente com o primeiro armazém.

No início da década de 1950, foram construídos mais 270 metros de cais e complementados em 1956 com outros 200 metros.

O Porto de Itajaí passou a ser considerado um “porto organizado” em 28 de junho de 1966, quando foi instalada a Junta Administrativa do Porto de Itajaí, subordinada ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis – DNPVN.

Com o fim do DNPVN e a criação da Empresa de Portos do Brasil S.A – Portobrás (Lei nº 6.222, de 10 de julho de 1975), cuja fina-

lidade era contruir, administrar e explorar portos e vias navegáveis, o gerenciamento do terminal itajaiense passou às mãos da Administração do Porto de Itajaí – API, diretamente vinculada àquela estatal.

A partir desse período, verificou-se um crescimento em sua movimentação e, com a melhoria da organização administrativa, a Administração do porto passou a ser respeitada pela comunidade portuária.

Em 1983, as cheias do rio Itajaí danificaram parte do cais, que precisou ser remodelado e reconstruído.

Com a extinção da Portobrás, por meio da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, o Porto de Itajaí passa a ser gerenciado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP.

Em 1994, administradores do porto, operadores, usuários e lideranças políticas e empresariais reinvidicaram a gerência do terminal para o município, o que foi conseguido em caráter provisório no dia 12 de junho do ano seguinte, através de ato do então Ministro dos Transportes. Foi a

primeira municipalização de um terminal portuário no Brasil.

O controle sobre o gerenciamento do terminal passou a ser da Administradora Hidroviária Docas Catarinense (Adhoc), autarquia criada para assumir a administração do porto.

Dois anos depois, o Porto de Itajaí foi definitivamente municipalizado e o bom desempenho da Adhoc na administração do terminal foi o fator que mais pesou na hora de o Ministério dos Transportes optar pela municipalização definitiva, segundo análises de representantes do Ministério que lá estiveram e o consideraram um modelo de porto municipalizado.

Pioneirismo é característica

• Primeiro porto da América Latina a ser conectado à Internet;

• Mantém linhas regulares para a costa leste e oeste dos Estados

Unidos, Europa, África, Oriente Médio, Extremo Oriente e países do Mercosul;

• Servido unicamente por transporte rodoviário;

• Em agosto de 2003, sua Superintendência recebeu a ISO-9001/2002, primeira certificação de qualidade dada a uma autoridade portuária no Brasil;

• Caracteriza-se por ser essencialmente exportador;

• Gerador de empregos diretos e indiretos para mais de 5 mil pessoas;

• Exporta madeira e derivados, congelados (frango, peixe, carnes em geral), pisos cerâmicos, máquinas e acessórios, papel, açúcar e fumo, entre outros;

• A preocupação do porto em relação ao meio ambiente lhe valeu o certificado de mais limpo do país por vários anos.

Iniciativa privada inaugura Porto de Navegantes em 2007

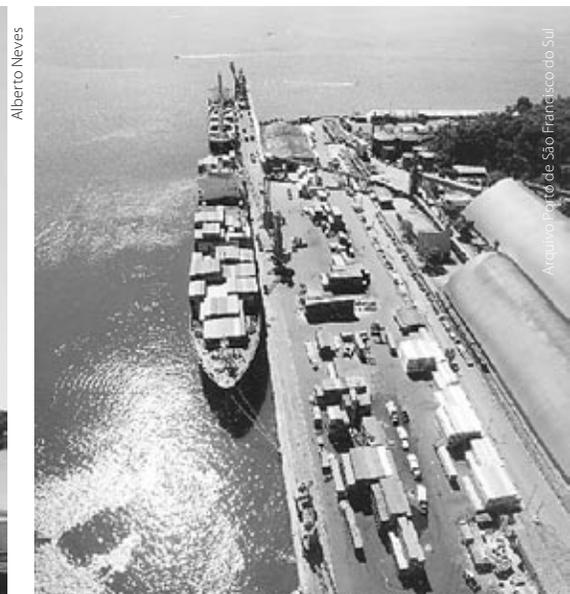
Santa Catarina vai ganhar novo porto em 2007. Também localizado às margens da foz do rio Itajaí Açú, financiado unicamente com recursos da iniciativa privada, o Porto de Navegantes, que deve ser inaugurado em agosto do ano que vem, nasce com a missão de ser, a exemplo do vizinho cais de Itajaí, um especialista em operação de contêineres, com ênfase em carga frigorífica.

O empreendimento de responsabilidade da Portonave S/A – Terminais Portuários Navegantes – terá uma área total de 600 mil metros quadrados e uma extensão de 900 metros de cais. Serão quatro berços de atracação, 12 metros de profundidade de calado, seis portêineres e 12 transtêineres, entre outros equipamentos. Os investimentos globais chegam a R\$ 423 milhões, dos quais R\$ 359 milhões estão sendo aplicados na primeira etapa. Nos primeiros 150 dias de obras, foram empregados R\$ 80 milhões.

Trabalham no canteiro de obras 400 pessoas. Com o avanço das obras, os postos devem chegar a 650 diretos e dois mil indiretos. Uma vez inaugurado, o porto deve absorver a mão-de-obra qualificada da região. (SA)

Soja movimentada São Francisco do Sul, terceiro maior porto graneleiro do país

Maiores produtores brasileiros de soja fazem do cais a porta de saída para os grãos e seus derivados comprados por americanos, países do Oriente Médio e China



SCHEILA DZIEDZIC

Parte significativa da produção de soja do Brasil é exportada e tem no Porto de São Francisco do Sul, norte catarinense, um de seus principais meios de escoamento. A soja e seus derivados são as principais mercadorias movimentadas pelo terminal, correspondendo a 70% das cargas. Os outros 30% são de contêineres com produtos em geral. Isso faz do Porto de São Chico, como é conhecido, o terceiro maior porto graneleiro do país. Cidasc, Bunge e Terlogs são os principais clientes neste segmento.

A soja chegou ao Brasil, vinda dos Estados Unidos, em 1882. O primeiro registro de cultivo no país data de 1914, no município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. Hoje, o produto encabeça a lista de exportações do agronegócio brasileiro. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta uma produção de 57,2 milhões



de toneladas para este ano. Isso representa 11,2% a mais do que na safra anterior, 2004/2005.

A vocação para grãos do porto de São Francisco do Sul é auxiliada por uma ferrovia interligada ao tronco ferroviário principal sul, através da América Latina Logística. Isso liga o porto aos maiores estados produtores de soja: Mato Grosso, São Paulo e Paraná. Além disso, a ferrovia dá acesso à capital gaúcha, Porto Alegre. E refaz o caminho, levando a soja e seus derivados até o porto e de lá para os Estados Unidos, o Oriente Médio e a China, principais mercados consumidores.

O administrador do Porto de São Francisco do Sul, **Fernando Camacho**, orgulha-se do fato de que, entre os portos catarinenses, o terminal ocupa o primeiro lugar na movimentação de cargas em geral, ficando inoperante pouco tempo durante o ano. O motivo é a excelente condição natural da

Baía da Babitonga, onde se localiza. Uma baía abrigada e pouco sujeita ao prejuízo causado por condições climáticas adversas. Ele também destaca a posição superavitária do porto, embora suas tarifas sejam as mais baixas do Brasil, devido à grande movimentação e ao quadro enxuto e eficiente de funcionários.

Sucesso

Nos últimos anos, o índice de movimentação de cargas vem crescendo, continuamente. O comparativo dos números atuais com 2004 mostra incremento de 54% na movimentação de cargas. A soja em grão lidera o ranking, tendo aumentado sua participação no total em 112%, relativamente a 2004. "Este ano a expectativa é que se supere a casa dos 8 milhões de toneladas em movimentação", projeta Camacho. O desempenho tem

como uma de suas alavancas, as obras de reforma e ampliação de capacidade dos berços 101 e 102 e a derrocagem da Lage da Cruz (uma lage de pedra que atrapalha o acesso dos navios de maior porte). "Estas melhorias vão significar um aumento ainda maior na produção do porto", comemora o administrador. A concessão da licença ambiental pelo Ibama é outro motivo de comemoração. "Estamos em vias de obter a primeira licença de operação ambiental de um porto brasileiro. É um certificado ambiental que estabelece uma série de ações a serem cumpridas e para as quais estamos preparados", orgulha-se.

Cerca de 80% da economia de uma das mais antigas cidades do Brasil depende das atividades do porto, direta ou indiretamente. São restaurantes, supermercados, comércio em geral, mercado imobiliário, incrementados pelos recursos gerados pelas atividades portuárias. "É muito estreita, e

de apoio mútuo, a relação entre o porto e a população. Por isso, temos o compromisso de que as ações e obras devem atender não somente às demandas dos importadores e exportadores, mas também proporcionar melhor qualidade de vida a população", salienta o administrador do Porto.

Alberto Neves

Arquivo do Porto de São Francisco do Sul



Alberto Neves

Obras expandem capacidade do terminal

Investimentos em infra-estrutura são considerados vitais para atender a atividade portuária, que apresenta números crescentes nos últimos três anos

Setenta e dois homens do 10º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro, sediado em Lages, com o auxílio de duas empresas contratadas, estão trabalhando nas obras de expansão do Porto de São Francisco, que devem estar concluídas até setembro.

Os valores liberados para obras consideradas prioritárias, como o reforço e reforma dos berços 102 e 103, totalizam R\$ 56 milhões, sendo R\$ 43 milhões da União e R\$ 13 milhões do governo do Estado. Atualmente, são quatro berços que atingem a extensão de 932 metros. Destes, somente o berço 101, com 220 metros, (que atende o setor graneleiro) possui condições de calado de 13 metros, compatível com o calado do canal de acesso, também de 13 metros. Os berços 102, 103, 201 e 301 variam de 11 a 7 metros. Isso mostra a existência de um gargalo na infra-estrutura de São Francisco do Sul para receber navios maiores. Em 2005, as taxas de ocupação média foram de 92%, 89,6% e 76,9%, respectivamente nos berços 101 (granéis), 102 (contêineres) e 301 (contêineres e cargas em geral). Números bem acima das taxas usuais, que ficam em torno de 55%.

De acordo com Fernando Camacho, existe a previsão para a construção de dois novos berços, totalizando sete. Incluindo um que é administrado pela iniciativa

privada. Só que, para isso, será necessário o assentamento de 100 famílias que estão, segundo ele, instaladas ilegalmente na comunidade do Bela Vista, em uma área pertencente ao porto. "Estamos desenvolvendo uma ação de reassentamento destas famílias em uma área adequada com toda a infra-estrutura necessária. Assim resolveremos o problema de expansão do porto", explica. O presidente do Sindicato dos Conferentes, Josias Oliveira dos Santos, coloca entre as prioridades para os trabalhadores a boa infra-estrutura do porto. "Primeiro nos preocupamos com a estrutura do porto, porque o nosso trabalho depende disso. Boas condições de trabalho são o passo seguinte". Ele exemplifica como necessário o cumprimento da Norma Reguladora 29, do Ministério do Trabalho. "Queremos mesmo é ver as obras concluídas nos berços 102 e 103". Para o administrador do porto, no entanto, não basta apenas pensar nos investimentos internos.

Ferrovia

Outras ações e obras são essenciais para o desenvolvimento, como acessos rodoviários adequados e a duplicação da BR-280, observa Camacho, que considera essencial o atendimento da antiga

reivindicação da agroindústria do Oeste e Meio Oeste, com a construção da Ferrovia do Frango. O pleito é apontado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) como uma obra necessária e prioritária para o desenvolvimento comercial. "É importante não somente para as agroindústrias, mas também para os portos de São Francisco e Itajaí. Porque vai facilitar o escoamento dos produtos refrigerados das regiões Oeste e Meio Oeste", explica.

Fernando Camacho reconhece que o custo Brasil ainda é elevado e pesa na hora de vender os produtos brasileiros. E este alto custo tem como motivo a carência de infra-estrutura rodoviária, terrestre e mesmo marítima. "Uma série de fatores fazem com que os produtos nacionais sejam mais caros. Existe a dificuldade de transporte até os portos e mesmo de atracação. Às vezes, por falta de berço, a carga tem que aguardar ao largo do porto", salienta. A agilização do serviço portuário como medida de redução de custos é uma meta a ser perseguida. Para o atendimento dos usuários, ele informa que está prevista a construção de um centro operacional: uma edificação que vai abrigar Receita Federal, Alfândega e Polícia Federal. (SD)

SÃO CHICO EM NÚMEROS

220
funcionários

250 metros
de porte, aproximadamente, medem os navios que o porto recebe; com as obras de melhorias e reformas dos berços, poderá receber navios de 290 a 300 metros

3 armazéns
internos com capacidade de 76.500 m³, numa área de 13.500 m²

24 horas por dia
funcionando, durante sete dias por semana

80 mil m²
de pátio para contêineres refrigerados, com 530 toneladas de energia

300 mil TEUs
de movimentação em 2005 (equivalentes a 300 mil contêineres)

67%
do total de navios que operam em São Francisco do Sul são "full containers"

ONDE FICA





Eduardo Guedes

Porto de Imbituba trabalha para ser o maior do Estado

Dentro de três anos, a nova área de cais, já em obras, vai aumentar para 16 metros o calado do porto, habilitando-o a receber grandes navios

GRAZIELA MAY PEREIRA

Administrado pela Companhia Docas de Imbituba, o Porto de Imbituba surgiu em 1941 através do Decreto n.º 7.842, constituindo-se no único porto público do país administrado por uma empresa privada. Nasceu e viveu das necessidades da indústria do carvão até a década de 80, atingiu seu auge a partir de 1990 quando o governo reduziu as alíquotas de importação e suprimiu os subsídios à extração do produto. Isso provocou a redução de 95% da movimentação de cargas no Porto.

No ano passado, o porto contabilizou a movimentação de 1,471 milhão de toneladas em produtos diversos, resultado de parcerias que conquistaram novos clientes e investidores. Segundo **Jeziel Pamato de Souza**, administrador do Porto, a maior movimentação de carga se dá ao coque de petróleo e o fertilizante, cerca de 25%. "Também movimentamos embarque de produtos congelados. O nosso terceiro maior volume de movimentação é o contêiner, uma

atividade reiniciada em 2004. Já eram 10 anos sem a movimentação de contêineres em portos do Sul", explicou.

Para atender as crescentes necessidades de escoamento e produzir alternativas para movimentação de mercadorias, o Porto de Imbituba vem investindo na sua infra-estrutura e desenvolvendo arrendamentos de terminais de cargas especializados para atender a atual demanda.

Como dispõe da maior área alfandegada para novos terminais, cerca de 1,5 milhão de metros quadrados, está prevista a construção de novos terminais. O de carga geral, com capacidade para movimentar 300 mil toneladas/ano, terá investimentos de US\$ 5 milhões. Uma nova área de cais também está sendo construída possibilitando um calado de 16 metros de profundidade, que será a maior entre os portos do estado quando estiver pronta, em três anos.

Através da SC Parcerias S.A., a administração firmou um protocolo de intenções com Estado

e prefeitura municipal, estabelecendo ações para viabilizar as obras de melhorias e de expansão, como a ampliação do terminal de contêineres e a recuperação de seu molhe de abrigo, investimento realizado pela União.

Ligação

Criada na década de 40 para o transporte do carvão até o Porto de Imbituba, a Ferrovia Tereza Cristina, continua funcionando até hoje, transportando contêineres de cerâmicas oriundos da região Sul. No fim da década de 80, o escoamento do carvão foi perdido, e o transporte ferroviário quase que caiu a zero. Com o retorno da movimentação de contêineres criou-se como alternativa modal o retorno da ferrovia, que voltou a ser acionada. Para esse trabalho foi montado na cidade de Criciúma um terminal que faz toda a capacitação e consolidação do contêiner para o transporte até o porto.

Laguna: único porto pesqueiro do Brasil

A histórica Laguna sedia em seu território no litoral Sul de Santa Catarina, o único porto pesqueiro do país, que iniciou suas atividades há 329 anos, com a criação do próprio município. Começou suas atividades com o carvão mineral, mas nos meados dos anos 70, começou a ser visto como um posto voltado à atividade pesqueira, tornando-se o primeiro porto exclusivamente pesqueiro do Brasil.

Destaca-se na fabricação e fornecimento de gelo e descarga de pescados, produtos esses transportados na sua maior parte aos grandes mercados consumidores do país, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Toda a infra-estrutura do Porto de Laguna é voltada à área pesqueira, com salas ambientes de descargas de pescados, atendendo à legislação sanitária

nacional e internacional. "Não temos nenhum porto como o de Laguna. Somos o único voltado especificamente para a pesca", afirmou o administrador do Porto de Laguna, Walter Tavares, salientando como diferencial a questão da higiene com testes periódicos do gelo e da água do porto.

No último dia 17 de março, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou a dragagem de manutenção, a reforma e implantação de novas fábricas de gelo, passando de 60 toneladas/dia para 210 toneladas/dia, mecanização e automação dos silos de estocagem de gelo e a construção de duas salas de recepção de pescados. As atividades desenvolvidas no Porto Pesqueiro são responsáveis por cerca de 40% da economia da cidade de Laguna.

IMBITUBA EM NÚMEROS

Volume de carga
239.335 toneladas/mês

Área total
1,5 milhões de m³

Embarcações
cerca de 20 navios por mês de até 290 metros

Profundidade
As profundidades no porto são de 9,5 metros nos 3 berços convencionais, e 8,0 a 9,0 metros na rampa para navios tipo roll-on roll-off

Mão de obra
cerca de 60 funcionários diretos, 85 terceirizados. Nos sindicatos avulsos são 400 empregos diretos e em torno de 1500 indiretos.

LAGUNA EM NÚMEROS

Movimento
em torno de 2.000 mil toneladas/mês, dependendo da sazonalidade ou movimento de cardumes

Área total
259 mil m³

30 empresas participam diretamente das atividades dentro do porto

Profundidade
6,0 metros, com canal de acesso de 8,0 a 9,0 metros e 1,95 km de extensão

Embarcações
média de movimento mensal é de 70

GERAL



Deputado Dado Cherem



Deputado Djalma Berger



Deputado Gilmar Knaesel



Deputado Mauro Mariani



Deputado Moacir Sopelsa

Eleições alteram representação na AL

Parlamentares que vão concorrer no pleito de outubro e estão exercendo funções nos executivos estadual e municipal retornam à Assembléia, atendendo exigência da legislação eleitoral

As eleições deste ano mudam a composição das bancadas na Assembléia Legislativa. No dia 31 de março termina o prazo para os candidatos a uma vaga no Legislativo se desincompatibilizarem dos cargos que ocupam no Executivo estadual e municipal. Conforme a lei eleitoral, a exoneração deve ocorrer até 180 dias antes do pleito.

Com o retorno do deputado Gilmar Knaesel (PSDB), que deixa a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, sai a primeira su-

plente, Simone Schramm (PMDB). Vale lembrar que Knaesel e Simone foram eleitos pelo PP. As suplências pertencem ao partido do eleito e diplomado pela Justiça Eleitoral. Desta maneira, a deputada de Joinville estava ocupando a primeira suplência progressista.

O deputado Djalma Berger (PSDB), que estava atuando como secretário de Obras da capital, retornou no dia 29. Volta ainda, Luiz Eduardo Cherem - Dado Cherem, (PSDB), que estava conduzindo a Secretaria Estadual da Saúde. Eleito

deputado pelo PFL, Berger reassumiu a vaga que estava ocupada pelo deputado José Carlos Vieira (PFL). Dado volta para a cadeira atualmente ocupada pelo deputado Maurício Eskudlark (PSDB).

Na bancada do PMDB, entram os deputados Mauro Mariani, que vai se desligar da Secretaria da Infra-estrutura, e Moacir Sopelsa, desde o início do atual governo no comando da Secretaria da Agricultura. Saem o segundo e o terceiros suplentes, Manoel Mota e Gelson Sorgatto, respectivamente.

Comissões não mudam

No balanço geral das bancadas, o PSDB é o partido mais beneficiado, ganhando dois deputados (Gilmar Knaesel e Djalma Berger); o PFL perde uma vaga (José Carlos Vieira); o PMDB também tem uma baixa (Simone Schramm).

As mudanças, no entanto, não afetam os comandos das comissões permanentes (14) já que o Regimento Interno proíbe a escolha de suplentes para presidir os trabalhos.

Também não há reflexos na

divisão das vagas destas comissões porque o cálculo usa como base a composição das bancadas em 1º de fevereiro de cada ano.

Com relação às Comissões Parlamentares de Inquérito, o Regimento Interno adota como parâmetro para definir as composições a data da instalação da investigação, quando o presidente abre espaço para as vagas. Atualmente, não há qualquer CPI em andamento na Casa.

Fórum discute atualização do Estatuto do Magistério

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) anunciou que não vai participar das discussões do Fórum Permanente de Discussão e Estudo sobre o Estatuto do Magistério enquanto o governo não "negociar" com a categoria. Criado no final do ano passado com o objetivo de discutir as propostas de alteração das normas que regem o magistério estadual, o fórum reuniu-se na segunda-feira (27), no Plenário,

Eduardo Guedes de Oliveira

sob a presidência da líder do PL, deputada Odete de Jesus, também autora da proposição que o criou.

O anúncio foi feito pela professora Wanda Gomes, presidente do Sinte. "Estamos com muitas dificuldades de discutir um projeto antes dele entrar na pauta da Casa. Não participaremos mais das reuniões até que as negociações com o governo do Estado tomem o rumo certo. É uma ausência política, uma ausência que exige comunicação", justificou. O estatuto está sendo modificado pelo governo e o projeto da nova normatização terá que passar pelo crivo da Assembléia Legislativa.

Wanda ainda disse que o sindicato não aceita discutir separadamente o Plano de Carreira, o Estatuto do Magistério e o Plano Estadual de Educação. "Temos pontos para discutir e não aceitamos fazer isso de forma isolada. Temos vários problemas a serem corrigidos no Plano de Carreira, por exemplo, mas não dá para fazer da forma como está sendo feito", concluiu.

A diretora de Desenvolvimento Humano da Secretaria de Estado da Educação, Elizete Mello, assinou que o atual estatuto está defasado há 20 anos - entrou em vigor em 1986. "Temos que nos habituar com a Lei de Responsabilidade Fiscal", justificou, assinalando que a idéia é trabalhar aproveitando o que já existe para elaborar um novo projeto. A proposta de um novo estatuto começou a ser desenvolvida em 2003 e, segundo ela, até o momento compilou as sugestões propostas pelos professores. A diretora solicitou à Associação Catarinense de Professores que também envie as suas sugestões. "O estatuto não pode ser feito de uma hora para outra", comentou.

A redução dos 224 artigos que compõem o estatuto atual para 76, é vista com desconfiança pela categoria, pois pode suprimir direitos. Elizete Mello argumentou que muitas situações já estão contempladas na Constituição e disse acreditar que "direitos nunca são supridos".



Eduardo Guedes de Oliveira

Profissionais temem perda de direitos com as mudanças

Lício pede mais participação

"Temos que tomar muito cuidado com o que foi retirado. E, principalmente, cuidar para que o Plano de Carreira não seja um retrocesso", alertou a presidente da Associação Catarinense dos Professores, Jessi Helena Josten de Oliveira.

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) lembrou que na primeira reunião do fórum, que aconteceu em 1º de dezembro do ano passado, as entidades de classe não estavam querendo participar do processo.

Conclamando à participação, ele salientou que a discussão na Assembléia ajudará a selecionar os artigos que estão de acordo com a Constituição ou os que são inconstitucionais.

"Temos que ter uma postura firme. Quando um projeto entra nesta Casa, muitas vezes não é debatido da forma correta, pois o governo quer que ele seja colocado em votação e aprovado logo", ponderou, assinalando que a questão deve ficar além das questões partidárias.



Jessi alertou para retrocesso

COMISSÃO

CPI não tem fato determinado, diz Mello

O requerimento de instalação da CPI do Fundo Social, ancorado em denúncia envolvendo seis instituições, foi rejeitado em parecer do presidente da CCJ, deputado Jorginho Mello (PSDB). Bancada do PT e o P-SOL querem a decisão do Plenário

A bancada do PT e o líder do P-SOL, deputado Afrânio Boppré, entraram com recurso para levar à apreciação do Plenário o requerimento pedindo a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar possíveis irregularidades com os recursos do Fundo Social. Os pedidos devem ir a Plenário na sessão de terça-feira.

Caso a decisão que arquiva o pedido seja mantida em votação plenária, o líder do PT, deputado Francisco de Assis, já anunciou que a bancada vai impetrar um mandado de segurança buscando garantir a instalação da CPI. A medida foi comunicada após Assis ter sido derrotado, em reunião da CCJ no dia 28, em seu voto vista, contrário à manifestação do presidente da Comissão, deputado Jorginho Mello (PSDB), que considerou extinto o fato determinado que teria fundamentado o requerimento da CPI.

Assis solicitou cópia autenticada em cartório de todas as manifestações sobre o requerimento, bem como de argumentação formalizada pelo líder do

Governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), defendendo a inexistência de fato determinado que justifique uma CPI.

Sanadas

O deputado Jorginho Mello argumentou que as "possíveis irregularidades" já teriam sido sanadas com a devolução à Secretaria da Fazenda dos recursos destinados pelas seis entidades – duas em Joinville, duas em Taió, uma em Mirim Doce e uma em Pouso Redondo. A suspeição decorria de problemas detectados na prestação de contas sobre a aplicação dos recursos públicos através do Fundo Social.

Segundo argumentou Francisco de Assis, as instituições elencadas no requerimento são meramente exemplificativas. "Não se deve confundir a exigência de um fato determinado com a total limitação dos poderes de investigação de uma CPI, a ponto de inviabilizar o desempenho da atividade parlamentar de fiscalização e controle", concluiu o parlamentar.



Comissão rejeitou voto vista do petista Assis, mantendo o parecer do presidente, deputado Jorginho Mello

Deputado quer explicações sobre mudanças no Orçamento estadual

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) formalizou pedido na reunião da Comissão de Finanças, no dia 22, para que a Coordenadoria do Orçamento da Casa analise as alterações feitas pelo governo no Orçamento estadual deste ano.

Ele quer avaliar as transposições orçamentárias promovidas pelo governo nos três primeiros meses do ano. Vieirão informou

que tem acompanhado os decretos de transposição nas edições do Diário Oficial do Estado. Ele disse ter informações de que as transposições estão tapando um furo deixado pelo próprio governo, que não previu a dotação de recursos para três meses de salário dos servidores do Executivo e para pagamento da dívida pública. O presidente da Comissão, deputado Wilson

Vieira - Dentinho (PT), aproveitou para reforçar a cobrança da resolução, a ser encaminhada pela Mesa da Casa, corrigindo a redação final do Orçamento, que deixou de fora, equivocadamente, emenda aprovada em Plenário. A emenda destina recursos ao Corpo de Bombeiros Voluntário e foi apresentada pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT).

Comissão convida secretário para esclarecer contratos

Após ouvir o relato da diretora do Sinte, Wanda Gomes, sobre a situação dramática vivida por merendeiras, serventes e vigias de escolas públicas depois de terem seus salários reduzidos em 50% nos contratos firmados este ano, a Comissão de Trabalho e Serviço Público decidiu convidar o secretário da Educação, Diomário Queiroz, para discutir o assunto e tentar encontrar uma solução para o problema.

A dirigente sindical comunicou que há muitos anos vem discutindo a questão e que, no final do ano passado, foi formada uma comissão para fazer um levantamento da categoria e o tempo de trabalho destes profissionais, em número superior a 5 mil no Estado. "O contrato pelas Associações

de Pais e Professores (APPs) foi encerrado no final de 2005 e teve início somente neste ano. Além destes trabalhadores ficarem sem vencimentos por 45 dias, tiveram uma redução salarial de 50%", contou ela. Desde o ano passado, segundo Wanda, o governo não aponta uma solução e não discute o problema. "Os contratos nos Centros de Educação Infantil (CEIs) são terceirizados. Uma situação que nós não aceitamos e estamos solicitando ao governo a adoção do concurso público", salientou a presidente do Sinte.

Presentes à reunião da Comissão, presidida pelo deputado Vanio dos Santos (PT), os deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), João Henrique Blasi (PMDB), Afrânio Boppré (P-SOL) e Paulo Eccel (PT).



Depois de ouvir os relatos, parlamentares decidiram chamar Diomário

AIDS e SUS são tema de audiência

A difusão da AIDS em Santa Catarina e a defasagem da tabela do SUS para remunerar procedimentos médicos são assuntos agendados para a audiência pública promovida pela Comissão de Saúde, que acontecerá no dia 3, a partir de 9 horas, no Plenário.

O proponente é o deputado Antônio Aguiar (PMDB). Estão confirmadas as presenças do infectologista Antônio Miranda, diretor do Hospital Nereu Ramos, e do epidemiologista Luís Antônio Silva, diretor da Vigilância Epidemiológica estadual.

A questão ligada à tabela do SUS será debatida com a participação de representantes do sindicato e associação dos médicos, da Secretaria da Saúde e do Ministério da Saúde.

PLENÁRIO

Deputados aprovam planos de carreira de 13 órgãos públicos

Comissões realizaram reuniões conjuntas para acelerar a apreciação das propostas, que receberam duas emendas do deputado Vieirão

Na sessão ordinária do dia 30, os parlamentares aprovaram planos de carreiras e vencimentos de 13 órgãos públicos estaduais.

Os Projetos de Lei Complementar nº 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42 e 43 referem-se, respectivamente, à Procuradoria Geral do Estado, secretarias de Desenvolvimento Regional, secretarias de Agricultura, de Desenvolvimento Sustentável,

de Infra-estrutura, de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, de Cultura, Turismo e Esporte, Fundação Catarinense de Desporto, Fundação Catarinense de Cultura, Departamento de Transportes e Terminais (Deter), Secretarias da Fazenda, da Educação, Ciência e Tecnologia, e Fundação Catarinense de Educação Especial.

Dois emendas modificativas, de autoria do deputado Antônio

Carlos Vieira – Vieirão (PP), foram aprovadas e servem para os 13 projetos. Elas asseguram que somente os servidores já em atividade e exercício efetivo no órgão podem ser enquadrados por transferência dentro dos novos cargos criados ou cuja denominação tenha sido alterada. Desta forma, evita-se a busca por parte de servidores de outros órgãos de remanejamento visando obter benefícios.

Parlamentares mantêm vetos

Os deputados começaram a apreciar as mensagens de veto encaminhadas pelo governo. Do primeiro pacote que integrou a pauta de votação do dia 29, apenas um foi retirado, o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 25/05, de origem governamental. O PL regulamenta o Artigo 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Superior de Santa Catarina. Os vetos que foram mantidos foram os seguintes:

- total ao PL nº 279/05, do deputado Celestino Secco (PP), que tratava do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado, referente aos vereadores.

- total ao PL nº 315/05, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), que obrigava o governo a distribuir, gratuitamente, protetor solar aos portadores de câncer de pele e aos trabalhadores expostos ao sol

no Estado.

- parcial ao PL nº 51/05, da Comissão de Constituição e Justiça, que instituiu o Código de Deveres do Contribuinte do Estado.

- total ao PL nº 365/05, da deputada Simone Schramm (PMDB), que autorizava a criação do Programa de Política Estadual de Prevenção, Identificação e Coibição de Práticas de Violência ou de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado.

- total ao PL nº 110/05, do deputado Francisco de Assis (PT), que obrigava a impressão do quadro de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite.

- parcial ao PL nº 415/05, de origem governamental, que dispunha sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (Fadec).

- total ao PL nº 153/04, da depu-

tada Odete de Jesus (PL), que acrescentava parágrafos ao Artigo 3º da Lei nº 12.128, de 2002, que trata de esclarecimentos à população sobre os alimentos transgênicos.

- total ao Projeto de Lei Complementar nº 13/06, de origem governamental, que instituiu o Plano de Carreira do Departamento de Transportes e Terminais (Deter).

- parcial ao PLC nº 17/06, de origem governamental, que tratava da organização e funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e o regime jurídico dos procuradores do Estado.

- parcial ao PLC nº 23/06, de origem governamental, que instituiu a Corregedoria do Departamento Estadual de Trânsito.

- total ao Projeto de Lei nº 375/05, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que denominava o ginásio da Escola Básica Dr. Francisco Izabel, em Mafra, com o mesmo nome.

APROVADO

SC Saúde incluirá os ex-combatentes

Os parlamentares aprovaram por unanimidade, na tarde de terça-feira (28), o Projeto de Lei Complementar nº 40/06, de origem governamental, que inclui os ex-combatentes como conveniados no Santa Catarina Saúde, pelo Sistema de Assistência à Saú-

de dos Servidores do Estado. A proposição foi encaminhada pelo Executivo atendendo reivindicação dos representantes da categoria, que pediram inclusão explícita no plano, mesmo já sendo amparados por leis estaduais que datam de 1985 e 1992.

Integração de leis

A Consolidação da Legislação Catarinense (CLC) consistirá na integração de todas as leis e atos normativos estaduais, codificados e consolidados a partir da integração de matérias conexas ou afins, reunidas em um único diploma legal. O Projeto de Lei Complementar nº 27, de autoria do deputado Celestino Secco (PP), foi aprovado na sessão plenária do dia 28.

Para sistematizar a CLC,

cabe ao Poder Legislativo o levantamento da legislação estadual em vigor e a formulação das propostas de consolidação das normas que tratam de matérias conexas, ficando a Mesa da Casa responsável por adotar as medidas necessárias para, no prazo de 180 dias, contados do recebimento dos textos dos poderes Legislativo e Executivo, efetuar a primeira publicação da CLC.

Datas especiais

Vítimas, muitas vezes fatais, da violência e criminalidade geradas nas cidades, os taxistas prestam serviços imprescindíveis como informações turísticas, entrega de produtos, socorro especial e outros de utilidade pública. Com o intuito de homenagear a categoria, o deputado Reno Caramori (PP) apresen-

tou o Projeto de Lei nº 17/06, aprovado na tarde do dia 29, que institui o Dia Estadual do Taxista, a ser comemorado em 19 de novembro.

Na mesma tarde, de autoria do deputado Pedro Baldissera (PT), o Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 517/05, que institui o Dia do Rio, na data de 24 de novembro.

Entidade quer redução de ICMS

O presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção (Anamaco), Roberto Breithautt, utilizou a tribuna, na tarde do dia 22, para solicitar apoio dos deputados à Indicação nº 51/06, dirigida ao governador do Estado. Breithautt atendeu convite dos deputados Dionei Walter da Silva (PT) e Sérgio Godinho (PSB). O documento pede a redução da alíquota do ICMS, de 17% para 12%, para a cesta básica de materiais de construção, além da isenção total do valor do imposto na compra da

caixa d'água. O projeto, defendem empresários e parlamentares, vai ajudar a reduzir o déficit habitacional de Santa Catarina e a reativar a indústria da construção civil. "É ver a economia do Estado incrementada", resumiu Godinho.

A proposta da Anamaco e da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) é facultar aos empresários contribuintes do ICMS a possibilidade de destinar um percentual dos recursos arrecadados diretamente a um fundo municipal

criado para esta finalidade. Para auferir a proposta, o município deverá construir fundo próprio para aplicação dos recursos em moradia.

Na indicação, que foi assinada pelos deputados Sérgio Godinho (PSB), Dionei Walter da Silva (PT) e José Carlos Vieira (PFL), também foi solicitada a isenção de ICMS na aquisição de fossas sépticas. "A isenção do imposto para essas fossas pode reduzir os problemas com saneamento básico", ressaltou o deputado Sergio Godinho.

Coleta seletiva

Também foi aprovada a Resolução nº 6/06, de autoria do deputado Celestino Secco (PP), que institui o Programa de Coleta Seletiva de Lixo na Assembléia Legislativa. A proposição determina que a Casa passará a separar os resíduos em todos os setores em, no mínimo, três tipos: papel; plástico, metal e vidro, e resíduos orgânicos. Para isto, serão colocadas lixeiras em locais acessíveis e de fácil visualização, sendo que o re-

colhimento será periódico e destinado à reciclagem.

Conforme emenda modificativa, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), a coordenação do programa ficará a cargo da Coordenadoria de Serviços Gerais da Casa, que realizará, em conjunto com a Escola do Legislativo, presidida por Celestino, campanhas educativas através de cursos e palestras que resultem na publicação do programa.

PLENÁRIO

Executivo anuncia envio de plano de carreira da Udesc

O projeto do Plano de Cargos e Salários dos servidores da Udesc chega nesta semana à Assembleia. O anúncio foi feito pelo líder do Governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), na manhã de quinta-feira (30). Blasi disse que recebeu a informação do secretário estadual da Administração, Marcos Vieira.

Quando à assinatura do novo Estatuto da Udesc pelo governador, Blasi informou que estaria reunido com o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) na tarde do dia 30 quando obterá uma resposta.

No dia 29, professores, servidores e alunos da instituição reuniram-se com os líderes partidários Afrânio Boppré (P-SOL), Manoel Mota (PMDB), Clésio Salvaro (PSDB), Celestino Secco (PP) e Francisco de Assis (PT), que solicitou a reunião, e com o líder do governo, deputado João Henrique Blasi. O deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) também participou. Os representantes da Udesc



Deputado João Henrique Blasi

pediram apoio dos parlamentares para sensibilizar o governo a assinar o Estatuto, desde agosto do ano passado nas mãos do Executivo, e remeter o projeto do plano de cargos e salários. O Plano de Carreira, também elaborado pelos funcionários, foi entregue ao governo no início de janeiro.

Manifestações

O Plano proposto impõe um

limite de 75% para gastos com vencimentos no Orçamento da Udesc. O professor do Centro de Ciências Tecnológicas da Udesc, Luiz Coelho, explicou que o orçamento da universidade é composto por 1,95% da arrecadação do Estado com ICMS. Os professores garantiram que o plano está adequado a este percentual.

Blasi garantiu aos servidores que a lei eleitoral não será obstáculo para a implementação do plano, preocupação manifestada pelos professores. A legislação veda a revisão geral de remuneração dos servidores públicos, desde seis meses antes da eleição até a data da posse dos eleitos. Blasi leu a resolução de 2002 do Tribunal Superior Eleitoral que diz que “a aprovação, pela via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores, não se confunde com revisão geral de remuneração e, portanto, não encontra obstáculo na proibição contida no Artigo 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504, de 1997”.

Ofensivo

Simone votou a rebater as críticas na sessão do dia 29, Ela relamou do tom ofensivo usado pelo deputado Ponticelli. “É necessário fundamentar as críticas e fazê-las dentro do nível de debates que a Casa exige”, assinalou. De acordo com ela, o deputado se precipitou ao afirmar que a situação da Escola Básica Professora Antônia Alpaídes, da localidade de Nova Brasília, em Joinville, se estende desde quando a deputada era secretária-adjunta da Educação, no governo Amin (1999-2002). “Ele insiste em dizer que não tomei providências na época para suprir essas necessidades e nem agora que faço parte do governo. Não vou admitir que Ponticelli me chame de incompetente, uma vez que esse é um caso isolado”, argumentou.



Deputada Simone Schramm

mentou, sem especificar nomes.

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, reclamou das críticas que Ponticelli faz todos os dias. “Críticas que não são verdadeiras. Ele tenta manipular

Crise na agricultura preocupa Sorgato

A crise vivida por setores da agricultura catarinense e nacional foi tema da manifestação do deputado Gelson Sorgato (PMDB) em Plenário, na tarde de terça-feira (28). O parlamentar destacou as contínuas quedas nos preços de produtos como o milho, a soja e a carne bovina.

A saca de 60 quilos de milho, conforme ele, já caiu de R\$ 15,75 para R\$ 11 em Chapecó. No Paraná, muitos produtores já vendem a saca a R\$ 10. Problema semelhante acontece com a soja, cuja saca de 60 quilos caiu de R\$ 28 para R\$ 23; com a carne de suíno vivo, que reduziu de R\$ 2,50 para R\$ 1,60 o quilo; com a arroba da carne bovina, que diminuiu de R\$ 60 para R\$ 57, e com o leite, cujo preço do litro caiu de R\$ 0,49



Deputado Gelson Sorgato

para R\$ 0,39. “Mas a gripe aviária é o que mais preocupa os produtores, que já estão programando uma redução de sua produção para que tenham rendimentos”, salientou.

A crise na agricultura foi lembrada pelo deputado Joares

Ponticelli (PP) em aparte. Segundo informou o progressista, os produtores estão perdendo, em média, R\$ 7 por saca. “A saca que devia ser vendida por R\$ 22 está em R\$ 16, e muitos agricultores já estão em situação de falência”, lamentou.

O deputado Maurício Eskudlark (PSDB) informou que os produtores de São José do Cedro enviaram um documento por intermédio de um de seus vereadores, solicitando uma reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, propondo discutir a questão da crise aviária.

Suplentes despedem-se

Segundo suplente da banca, o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, utilizou a tribuna na tarde de quarta-feira (29) para agradecer a acolhida que teve na Casa. “Foram 24 anos de vida pública e vou me despedir com a sensação de dever cumprido. Cumpri com a verdade e lealdade ao meu partido e aos meus companheiros”, disse. O parlamentar deixa a vaga para o titular do mandato, o deputado Moacir Sopelsa, que desde o início do governo atua como secretário da Agricultura.

A lei eleitoral obriga, aos que desejam concorrer, a desincompatibilização dos cargos que ocupam no Executivo, 180 dias antes do pleito.

O líder do Governo, deputado



Deputado Manoel Mota

João Henrique Blasi (PMDB), em aparte, afirmou que Mota poderá voltar logo, já que o partido fará uma espécie de rodízio entre os deputados Mauro Mariani, Moacir Sopelsa, Ronaldo Benedet, Manoel Mota e Gelson Sorgato (os dois primeiros são titulares do mandato e os outros três, primeiro, segundo e terceiro suplentes, respectivamente). “Apenas alguns dias o afastam desta Casa”, prognosticou o líder do Governo.

Na sessão plenária de quinta-feira (30), foi a vez dos deputados Maurício Eskudlark (PSDB) e Simone Schramm (PMDB) despedirem-se da Assembleia Legislativa. Ambos são suplentes e deixam as vagas para os titulares, Dado Cherem (PSDB) e Gilmar Knaesel (PSDB), respectivamente.



Deputado Maurício Eskudlark

Problemas em escolas estaduais provocam embate em Plenário

Preocupado com algumas notícias publicadas pela mídia, nos últimos dias, com relação à situação de algumas escolas estaduais, o deputado Joares Ponticelli (PP) relatou, na tarde de terça-feira (28), o caso da Escola Básica Professora Antônia Alpaídes, da localidade de Nova Brasília, em Joinville.

O parlamentar afirmou que a escola se encontra em situação lamentável e conclamou a Comissão de Educação a cobrar medidas do governo para evitar problemas dessa natureza. “Devido a inúmeros problemas de infra-estrutura detectados na escola, a vigilância sanitária resolveu interditar o prédio deixando cerca de 1.200 alunos sem aula”, enfatizou.

O deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), também se manifestou sobre as condições oferecidas pela escola, e frisou que essa é mais uma falha do governo que deixou o ano letivo iniciar sem a reforma necessária. “Isso está acontecendo em Joinville, a cidade que praticamente o elegeu”, concluiu, referindo-se ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

A peemedebista Simone Schramm (PMDB), em aparte, informou que no atual governo

33 escolas foram beneficiadas com R\$ 32 milhões em reformas. Entretanto, o estabelecimento citado por Ponticelli, segundo ela, tem uma questão judicial que vem se arrastando, referente à cabos de alta tensão situados sobre a escola. “Não sou como um certo deputado que fez cartilha de escola que reformou para encaminhar aos seus eleitores, que fez licitações sem carta-convite e que fez obra que caiu antes mesmo de ser inaugurada”, co-

PLENÁRIO

Comin pede apoio à produção de carvão siderúrgico



Deputado Valmir Comin

mércio, em Brasília, foram dados os primeiros passos para uma possível retomada da produção do carvão siderúrgico no Estado. A notícia divulgada pelo jornal A Tribuna de Criciúma, foi lida em Plenário pelo deputado Valmir Comin (PP).

O evento reuniu empresários da siderurgia nacional, o ministro Luís Fernando Furlan e teve a participação de representantes do Sindicato da Indústria de Extração de Carvão de Santa Catarina (Siecesc).

Segundo Fernando Zancan, secretário-executivo do Siecesc, o Ministério solicitará junto ao Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) um estudo de demanda de carvão

siderúrgico no país e outro sobre a oferta de jazidas ao Ministério das Minas e Energia. O dirigente enfatiza na matéria que, mesmo que os estudos iniciem imediatamente, Santa Catarina levará, no mínimo, cinco anos para retomar a produção de carvão para siderúrgicas.

Comin lembrou que a Alemanha extrai 73 subprodutos agregados ao carvão e o Brasil não mais que cinco ou seis itens. "Além de tecnologia, o setor no Brasil precisa de uma política séria, do envolvimento das universidades na pesquisa e de informação à iniciativa privada", frisou o parlamentar, que ainda qualificou o governo estadual de "omisso" na atividade.

Durante o Fórum de Competitividade da Siderurgia, realizado no sábado (27), no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Co-

Godinho destaca história de Nereu Ramos

A vida política do lageano Nereu Ramos foi enaltecida pelo deputado Sérgio Godinho (PSB) em seu pronunciamento na tarde de terça-feira (28). O deputado falou da história deste catarinense que chegou à Presidência da República. De acordo com o parlamentar, sua jornada de vida e trabalho foi de inúmeras conquistas.

Nascido em 1888, Nereu graduou-se em advocacia, jornalismo e magistério, ingressando na política como deputado estadual em 1911. Em 1927, participa da fundação do Partido Liberal Catarinense (PLC), que o elegeu deputado federal em 1934. Entre as conquistas decorrentes dessa época, citadas por Godinho, está o governo de Santa Catarina, que assumiu em 1935, permanecendo no cargo até 1945, com o fim do



Deputado Sérgio Godinho

Novo Estado.

O parlamentar ressaltou ainda a sua participação na fundação do Partido Social Democrático (PSD) no Estado, abrindo portas para uma cadeira no Senado, sendo eleito indiretamente, em 1946, vice-presidente da República.

Dionei critica demora em atendimento médico

A longa espera a que é submetida a população que depende dos serviços públicos de saúde motivou pronunciamentos do deputado Dionei Walter da Silva (PT), em Plenário. Ele citou o caso de uma mulher com problemas ginecológicos que procurou um posto de saúde e, depois de passar por um clínico geral – procedimento obrigatório –, esperou quatro meses para conseguir uma consulta com um especialista. "Ela recebeu um remédio que não fez efeito. Voltou e só obteve uma outra consulta para dali a quatro

meses", contou o deputado.

Casos como esse, assinalou, endossado pelo deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT), chegam todos os dias aos gabinetes. "Vou trazer os nomes dos municípios onde estão ocorrendo essas barbaridades", avisou.

O petista pediu apoio para que o Projeto de Lei nº 267/03, de sua autoria, que cria a Comissão de Saúde do Servidor Público do Estado de Santa Catarina (CSS) e o Conselho das Comissões de Saúde do Servidor (CCSS), volte a tramitar.

Odete volta a defender direitos de crianças e adolescentes

A líder do PL, deputada Odete de Jesus, voltou a conchamar a sociedade para combater os maus-tratos às crianças em sua manifestação da tribuna na tarde do dia 28. A parlamentar aproveitou para falar sobre o lançamento de um programa promovido pelo Ministério Público e outras instituições, denominado "Aponte – Aviso por maus-tratos", evento do qual participou representando a Assembléia Legislativa.

Para a deputada, a mídia é um instrumento "fortíssimo", por sua capacidade de atingir inúmeros lares brasileiros, podendo dessa forma alertá-los para o problema. Odete é autora da Lei nº 13.303/05, que obriga as escolas públicas a afixarem, em todas as salas de aula, cartazes com o telefone do Disque Denúncia dos Conselhos Tutelares, para que possam ser denunciados os casos de agressão contra menores.



Deputada Odete de Jesus

[GABINETES]

ENCONTRO DA UNALE

Uma aprofundada discussão sobre a atuação das ONGs (Organizações Não-governamentais) estrangeiras na Amazônia – que hoje chegam à surpreendente cifra de 3.600 – deverá ser o tema mais polêmico da Conferência Anual da Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais), que acontece de 17 a 20 de maio em Manaus, no Amazonas. A informação é do tesoureiro-geral da entidade, deputado Celestino Secco, líder do PP na Assembléia Legislativa. Celestino admite que essa questão já suscita muitos questionamentos. "Vamos ter de discutir qual a finalidade, as metas e o que essas ONGs fazem para garantir que a Amazônia continue sendo brasileira, embora seja patrimônio do mundo", adiantou o parlamentar.

A Unale vai convocar os candidatos à Presidência da República para que esclareçam qual o seu posicionamento a respeito. "Por que essas ONGs ocupam áreas e recebem titularidade de posse? Não queremos saber o que fazem para seus respectivos países, mas sim para os brasileiros, com a finalidade de reduzir as desigualdades sociais", questiona e comenta Celestino. (Jandyr Côte Real)

IMPORTAÇÃO DE CEBOLA

O deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) está abrindo mais uma frente contra a importação de cebola da Argentina. Ele apresentou emenda ao projeto de lei do deputado Joares Ponticelli (PP), que proíbe a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz irrigado que não tenha sido submetido a análise de resíduos químicos de agrotóxicos. A emenda pretende que a proibição seja estendida também à cebola.

"Em função do Mercosul, há certa liberalidade no comércio de produtos entre Brasil e Argentina. O que pretendemos é, no caso da cebola, criar mais um entrave à entrada da hortaliça proveniente do país vizinho", explica Peninha. Esta é a segunda investida do deputado contra a importação de cebola portenha em menos de um mês. (Edenir Silva)

ÁGUA SEM FLÚOR

Proibir a adição de flúor ou qualquer um de seus compostos em sistema estadual ou municipal de abastecimento de água. A proposta deve gerar polêmica entre os consumidores que sempre tiveram no produto um componente para dar mais qualidade à água que bebemos. O autor do projeto, deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), afirma que o flúor traz muito mais prejuízos à saúde do que se imagina, quando adicionado à água.

A proposta tem como objetivo a proteção aos indivíduos que hoje se encontram em risco. Dentinho afirma que o fluoreto é "um veneno cumulativo". Ao justificar a apresentação do projeto, o deputado argumenta que, "à medida que avançam as pesquisas, os resultados mostram que em áreas onde existe a adição de flúor à água, aumenta o número de outras doenças relacionadas ao uso contínuo das substâncias usadas na fluoretação, como ácido hexafluorsilícico, ácido hidrofluorsilícico e o sódio silcofluor. Estas substâncias não passam de lixo tóxico das indústrias de fertilizante. (Roger Alexandre)

DEFICIENTES VISUAIS E AUDITIVOS

O deputado Cesar Souza (PFL) protocolou projeto de lei que obriga a implantação de sinalização tátil, sonora e visual nas dependências dos prédios de funcionamento de órgãos estaduais. A proposta determina a implantação, nas dependências dos prédios de funcionamento dos órgãos, autarquias, fundações e empresas integrantes da estrutura da administração direta e indireta de Santa Catarina, a sinalização nos termos preconizados pela ABN/NBR 9050/2004, que define as normas para acessibilidade de deficientes auditivos e visuais. (Cármem Leite Rovira)

ESPECIAL



Solon Soares

Cerca de 700 pessoas, de diversos países, participaram dos painéis e palestras



Carlos Kilian

Solenidade de abertura reuniu representantes do Executivo e Legislativo

Seminário internacional discute combate à corrupção

Com o tema Corrupção e Sociedade: o pensar, o querer, o fazer, o evento foi promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina e o Instituto Ruy Barbosa, com apoio da Assembléia

Nos dias 27, 28 e 29, no Centro-sul, em Florianópolis, 700 pessoas, entre especialistas da área de controle externo das contas públicas, representantes da administração pública, de organizações não-governamentais, parlamentares de diversos países, além de estudantes, discutiram os mecanismos de controle do dinheiro público. Os participantes vieram de países da América Latina, África e Europa.

O seminário internacional

Corrupção e Sociedade: o pensar, o querer, o fazer integra as atividades referentes aos 50 anos de existência do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Na solenidade de abertura, o presidente do TCE, Gilson dos Santos, ressaltou a necessidade de aprimorar o papel de orientação e fiscalização dos gastos públicos para coibir casos de corrupção. "O Brasil começa a se cansar do que assiste diariamente e corre

o grave risco de passar a não se surpreender. O exercício da cidadania e a dignidade do povo estão abalados", alertou. O presidente do Instituto Ruy Barbosa, conselheiro Salomão Ribas Júnior, reconheceu a cobrança social de ações mais enérgicas e punições severas para condutas irregulares por parte dos órgãos de controle. "As pessoas comuns não aceitam que a falta de interação ou de cooperação dos órgãos públicos conduzam

à impunidade, com o desvio de recursos públicos em benefício de poucos".

Durante a solenidade de abertura, foi entregue a 10 pessoas – entre personalidades e autoridades – a Medalha Cinquentenário do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Esta é uma honraria concedida aos que contribuíram com a atuação do órgão e com a atividade de controle externo no Brasil e no mundo.

Campanhas devem ter financiamento público

O senador catarinense Jorge Bornhausen (PFL) participou do seminário como palestrante. O pefelista falou sobre Reforma Política: Prevenção à Corrupção. Ele defendeu o financiamento público de campanhas como uma das formas de combate à corrupção no país. "A maior humilhação de um político é ter que pedir recursos para a sua campanha. Ali nascem, muitas vezes, as dependências de natureza econômica", disse.

Também defendeu a fidelidade partidária e o voto em lista como "pré-requisitos" para o financiamento público de campanhas. Para o senador, a fidelidade partidária evita o "troca-troca" de partidos e as listas, por exemplo, diminuem os custos de campanha "porque desaparecem as propagandas individuais", justificou.

O presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Julio Garcia (PFL), que presidiu a mesa do painel do qual participou Bornhausen, lembrou que a corrupção existe em qualquer lugar. "Mas temos que perseguir as mudanças no sistema político e eleitoral para que se imponha um fim à corrupção", disse.

Controle da sociedade é incipiente

Um dos painéis mais concorridos discorreu sobre Controle Social: Comunicação, Imprensa e o Cidadão. Este painel teve a participação do jornalista Cláudio Abramo, secretário-geral da ONG Transparência Brasil, organização que tem como finalidade combater a corrupção, desenvolver programas para melhorar os mecanismos de prevenção, fortalecer o papel das organizações da sociedade no acompanhamento e controle da atuação do Estado e sistematizar o controle da corrupção no país.

Abramo classificou a informação como um dos instrumentos mais poderosos no combate à corrupção. Esta sempre se instala e progride quando é escassa a informação entre a interação do que é público e privado. "Por-

tanto, quanto mais informação houver, mais condições para que o Estado seja monitorado e a sociedade através de seus mecanismos possa interferir sobre a gestão do Estado", comenta.

O jornalista disse que o Brasil possui um arcabouço institucional bastante elaborado em que os municípios são entes federados com autonomia de cem por cento. Ao mesmo tempo, existem grandes disparidades regionais entre as camadas sociais e de distribuição de renda, tendo conseqüências diretas sobre todos os aspectos da vida e na forma como a informação é tratada. "No país, o que se verifica é uma enorme disparidade entre o que é disponibilizado no plano federal e o que é disponibilizado nos planos estaduais e municipais." Em sua opinião,

essa distinção define no plano da comunicação o retrocesso de um país desenvolvido para um país subdesenvolvido, no que se refere à disponibilidade das informações.

O que é disponibilizado para o público pelos órgãos federais não encontra paralelos em países de renda per capita semelhante à do Brasil, disse Abramo. Ele citou o fácil acesso ao portal da transparência da Controladoria da União, que traz informações importantes sobre o uso de recursos públicos, transferências de recursos em programas, gastos com cartões de crédito de integrantes do Executivo federal, entre outras.

Apesar disso, salientou o jornalista, isso não significa que a informação chegue de forma eficiente à sociedade.



Solon Soares

O presidencialismo, na opinião do senador catarinense, não é suficiente para vencer os problemas gerados nos momentos de crise